

PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 28 DE MARÇO DE 2012

NÚMERO 6.395

**MESA**

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**1º SECRETÁRIO**

Reno Caramori  
**2º SECRETÁRIO**

Antonio Aguiar  
**3º SECRETÁRIO**

Ana Paula Lima  
**4ª SECRETÁRIA**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dado Cheram

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL**  
Líder: Ângela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

**COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente  
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Seráfim Venzon  
José Nei Alberton Ascari  
Dirceu Dresch  
Volnei Morastoni  
Sívio Dreveck  
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Jean Kuhlmann  
Mauro de Nadal  
Pe. Pedro Baldissera  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**

Adilor Guglielmi  
Altair Guidi  
José Milton Scheffer  
Darci de Matos  
Manoel Mota  
Manoel Mota  
Pe. Pedro Baldissera - Presidente

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider  
Narcizo Parisotto  
José Milton Scheffer  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi  
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Angela Albino  
Altair Guidi  
Silvio Dreveck  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Manoel Mota  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS  
DIREITOS DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Dado Cheram  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente  
Gilmar Knaesel  
Sargento Amauri Soares  
Valmir Comin  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Neodi Saretta  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Gilmar Knaesel  
Sargento Amauri Soares  
Kennedy Nunes  
Marcos Vieira  
Maurício Eskudlark  
Dirce Heiderscheidt  
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Edison Andrino  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**

Gilmar Knaesel  
Altair Guidi  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt  
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Carlos Chiodini  
Gilmar Knaesel  
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Dirce Heiderscheidt  
Dado Cheram  
Angela Albino  
Silvio Dreveck  
Ismael dos Santos  
Romildo Titon  
Luciane Carminatti

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA  
E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
José Nei Alberton Ascari  
Romildo Titon  
Pe. Pedro Baldissera  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Seráfim Venzon  
Sargento Amauri Soares  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Mauro de Nadal  
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL**

Kennedy Nunes  
Manoel Mota  
Aldo Schneider  
Dirceu Dresch  
Angela Albino  
Maurício Eskudlark  
Dado Cheram

**DIRETORIA LEGISLATIVA****Coordenadoria de Publicação:**

Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.

Coordenador: Roberto Katumi Oda

**Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:**

Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.

Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi

**DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES****Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:**

Responsável pela impressão.

Coordenador: Claudir José Martins

## DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE



**Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: [www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI**  
**NESTA EDIÇÃO: 32 PÁGINAS**  
**TIRAGEM: 5 EXEMPLARES**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 005ª Sessão Especial realizada em 19/03/2012, às 19 Horas .....	2
Ata da 019ª Sessão Ordinária realizada em 21/03/2012.....	7
Ata da 003ª Sessão Extraordinária realizada em 21/03/2012.....	18
Ata da 004ª Sessão Extraordinária realizada em 21/03/2012.....	18

**Atos da Mesa**

Atos da Mesa .....	20
--------------------	----

**Publicações Diversas**

Ata de Comissão Permanente.....	21
Aviso de Licitação.....	22
Avisos de Resultado .....	22
Extratos.....	22
Ofícios .....	23
Portarias.....	24
Projeto de Decreto Legislativo ...	27
Projetos de Lei.....	27
Projeto de Lei Complementar.....	30
Projeto de Resolução.....	32

## P L E N Á R I O

# ATA DA 005ª SESSÃO ESPECIAL

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2012, ÀS 19 HORAS

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

### COMEMORAÇÃO DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE DE 2012, COM

### O TEMA FRATERNIDADE E SAÚDE PÚBLICA

### PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

**SUMÁRIO****DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA** -

Destaca a saúde como direito básico do cidadão que não vem sendo atendido a contento pelo poder público.

**ADEMIR FREITAS** - Manifesta-se sobre os meios de divulgação da Campanha da Fraternidade.

**SECRETÁRIO ACÉLIO CASAGRANDE** - Reconhece a importância da Campanha da Fraternidade para promover amplo debate com a sociedade sobre a saúde.

**DOM WILSON TADEU JÔNCK** - Agradece o espaço para divulgar e debater o tema da Campanha da Fraternidade 2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as autoridades a seguir nominadas:

Sua excelência reverendíssima dom Wilson Tadeu Jônck, arcebispo metropolitano de Florianópolis;

(Palmas)

Senhor Ademir Freitas, secretário executivo do Regional Sul 4 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil;

(Palmas)

Senhor Acélio Casagrande, secretário adjunto da Saúde, representando neste ato o secretário Dalmo Claro de Oliveira;

(Palmas)

Senhor Nestor Fetter e senhora Vilma Fetter, coordenadores da arquidiocese da Pastoral Familiar;

(Palmas)

Senhora Marilda de Souza Velho, coordenadora regional da Pastoral da Saúde de Santa Catarina, Regional Sul 4;

(Palmas)

Senhora Jaci Helena Perottoni, coordenadora da Pastoral da Saúde da arquidiocese de Florianópolis;

(Palmas)

Senhora Maria Luiza de Souza Nogueira, coordenadora da Pastoral dos Enfermos da arquidiocese de Florianópolis;

(Palmas)

Senhoras e senhores!

A presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em comemoração à Campanha da Fraternidade de 2012, com o tema Fraternidade e Saúde Pública.

Neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional pelo Coral Santa Cecília, sob a regência do maestro padre Ney Brasil Pereira, acompanhado do

Quarteto de Metais da Banda da Polícia Militar de Santa Catarina.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Registramos a presença das seguintes autoridades:

Reverendíssimo padre Pedro José Koehler, coordenador da Pastoral do Turismo Religioso e capelão do Imperial Hospital de Caridade;

Senhora Carmen Souto, coordenadora diocesana da Pastoral da Pessoa Idosa;

Senhora Karla Santos Colombi, chanceler do Tribunal Eclesiástico Regional de Florianópolis;

Reverendíssimo padre Luiz Chang, orientador religioso e professor do Colégio Catarinense deste município;

Reverendíssimo padre Hélio Luciano, vigário da paróquia São Sebastião do município de Tijucas;

Senhor Fernando Tristão, representando neste ato o Movimento Familiar Cristão;

Senhora Maria da Glória da Silva, coordenadora dos Grupos Bíblicos em Família;

Senhor Manoel Timóteo de Oliveira, jornalista, diretor de Promoções e Eventos da Associação Catarinense de Imprensa, representando o presidente Ademar Arnon;

Reverendíssimo padre Sereno Boesing, representando neste ato o Apostolado da Oração da arquidiocese;

Reverendíssimo padre Revelino Seidler, coordenador da Pastoral da Arquidiocese;

Diácono João Flávio Vandrúsculo, representando neste ato a Paróquia Nossa Senhora de Fátima, do Estreito;

Senhora Tânia Maria Stimamiglio, coordenadora do Movimento dos Focolares;

Irmã Enedina Sacheti, representando neste ato as irmãs da Divina Providência;

Senhora Junara Ferraz, presidente do Partido Social Democrata Cristão;

Senhora Ivete Kretzer dos Santos, coordenadora do Apostolado da Oração Nossa Senhora de Fátima;

Senhora Maria Aroni Rauen, representando neste ato a Conferência dos Religiosos do Brasil;

Senhor Ivan dos Santos, coordenador do Conselho Pastoral Paroquial do Santuário Nossa Senhora de Fátima, do bairro Estreito;

Senhora Odete Aparecida da Silveira, membro do Movimento Mãe Peregrina do Santuário Nossa Senhora de Fátima, no Estreito;

Reverendíssimo padre Francisco Gomes, diretor do jornal *Missão Jovem*;

Senhora Luiza Rosa Cavalcante Schaefer, coordenadora do Movimento Vocacional Serra do Regional Sul 4;

Irmã Cléa Fuck, coordenadora arquidiocesana da Pastoral de Coroinhas;

Senhora Leda Cassol Vandrúsculo, membro da Coordenação de Pastoral da arquidiocese de Florianópolis;

Reverendíssimo padre Vânio da Silva, reitor do Seminário Teológico da arquidiocese de Florianópolis;

Senhor José Marcos Moser, presidente do Movimento de Emaús do secretariado de Florianópolis;

Reverendíssimo padre Vilson Groh, presidente do Instituto Padre Vilson Groh.

A seguir teremos a apresentação de vídeo relativo à Campanha da Fraternidade de 2012.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Neste momento faço uso da palavra na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão.

(Passa a ler.)

“A igreja, através da CNBB, desde o princípio da Campanha da Fraternidade propõe temas expressivos para reflexão e ação junto à sociedade. No entanto, acredito que nenhum tema atinge tantas pessoas quanto à saúde, que neste ano ganha destaque especial no período da Quaresma.

A saúde tem diversas dimensões, não trata somente das questões físicas do ser humano. Saúde é cultivar o equilíbrio psicológico às ações de nossa vida cotidiana. Saúde é ver nos outros somente o bem e buscar sempre o que há de virtuoso na essência humana. Também é promover o bem, trabalhar diariamente por uma sociedade mais saudável do ponto de vista da equidade e da justiça social e, muito importante: saúde também é meio ambiente saudável, é reduzir a utilização de agrotóxicos, é priorizar a agricultura orgânica, é preservar a água, a terra e ar puros. Todas essas medidas são significativas, como a Campanha da Fraternidade de 2011 buscou apontar de maneira tão oportuna.

Mas voltando-me a uma dimensão pontual, à saúde física, acredito que tenhamos nesta Campanha da Fraternidade uma responsabilidade grande de debater, agir e alertar para os rumos que nossa sociedade toma quando trata o tema do atendimento em saúde na área pública.

A Constituição Federal preconiza que a saúde é direito de todos e dever do estado.

Diariamente nosso povo sofre nas filas dos hospitais e ambulatórios em busca de atendimento. E por mais que tenhamos avançado tanto na prevenção quanto no atendimento curativo, ambos ainda precisam melhorar muito para garantir respeito e dignidade à população. E quando falamos em sofrimento, estamos falando em desrespeito à vida e, em geral, desrespeito à vida de pessoas humildes, trabalhadoras e que muitas vezes entregam suas famílias a um sistema falho e desumano.

Se o investimento em prevenção diminui em até 50% os custos nos tratamentos curativos, por que isso não é uma prioridade para os poderes públicos? Se diagnósticos precoces não só ampliam as condições de cura, como também levam à economia de recursos, por que não reforçar esse setor? E assim podemos fazer-nos dezenas de perguntas oportunas.

O estado de Santa Catarina, por exemplo, deve respeitar o percentual mínimo de aplicação de 12% da receita líquida anual em saúde, conforme previsto na Constituição Federal. No entanto, os fundos criados na estrutura do estado estão obrigados a garantir a manutenção desse percentual mínimo de aplicação. É preciso que o estado tenha uma atitude corajosa e resguarde os recursos da saúde, investindo o que é direito.

Já em nível federal, esperamos por mais de uma década pela regulamentação da Emenda n. 29, que entre outros temas deveria garantir no mínimo 10% dos recursos da união para o setor. No entanto, numa manobra questionável, o projeto de regulamentação foi modificado e aprovado sem esta obrigação.

O texto, senhoras e senhores, já não garante uma mudança significativa da realidade da saúde pública no país. Enfim, o governo federal também deve explicações e precisa, como outros níveis do Executivo, olhar para os números da saúde como números humanos. Eles indicam quantos irmãos e irmãs sofrerão e morrerão por conta de nossa negligência.

O investimento atual é insignificante diante da importância que a saúde representa para o nosso povo. A Constituição Federal de 1988 está sendo desrespeitada cotidianamente, pois os arts. 196 e 227, que em resumo garantem atendimento gratuito e integral, na maioria dos casos não têm eficácia prática. É um desrespeito à dignidade da pessoa humana.

Então, este tema nos desafia, impele-nos a agir, porque nada é definitivo para quem luta e segue com fé seus objetivos. Todos que aqui estão acreditam na possibilidade de mudança, na nossa esperança, na nossa ação engajada, na nossa palavra e no nosso ato de fé ancorado em ideais sólidos.

E a prova maior do que podemos fazer a diferença é a atuação das Pastorais da Saúde e da Criança, pois ambas mudaram a realidade das áreas em que atuam. A mortalidade infantil foi reduzida drasticamente também pela ação da pastoral. Já o trabalho na área da saúde trouxe não só esperança, alento físico e orientação preventiva para as pessoas, mas também garantiu conforto e amparo a muitas famílias.

Hoje, quando estamos aqui reunidos em nome de um tema tão crucial, cabe-nos impor um desafio: não esmorecer e seguir, com fé e esperança, na direção de uma sociedade saudável em sua totalidade e que não mais permita que seus filhos e filhas sofram em razão da negligência e da falta de humanidade.

Enfim, para que a fraternidade social seja verdadeira, é preciso saúde pública de qualidade, um grande desafio que devemos abraçar.”

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Convido, neste momento, para fazer uso da palavra o sr. Ademir Freitas, secretário executivo do Regional Sul 4 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O SR. ADEMIR FREITAS - Gostaria de agradecer inicialmente a oportunidade que o deputado Padre Pedro Baldissera está-nos dando. Também gostaria de homenagear a presença de dom Wilson Tadeu Jönck, nosso presidente regional; dona Marilda, coordenadora regional da Pastoral da Saúde e todos os demais componentes da mesa.

Meus irmãos e minhas irmãs, seguindo o caminho de 1981 e de 1984, estamos nesta Campanha da Fraternidade tratando de saúde. Em 1981 o tema era Saúde para Todos e em 1984, Para que todos tenham vida! Já neste ano é que a saúde se difunda sobre a Terra.

Nós, no Regional Sul 4 da CNBB, procuramos apoiar as nossas dioceses, subsidiar, ajudar e colaborar e para isso tivemos a oportunidade, em outubro do ano passado, de realizar um seminário apoiado por assessores, quando tivemos a presença de um assessor do coordenador nacional da Pastoral da Aids, a presença de outros assessores, como o dr. João Pedro Carreirão, e dos nossos irmãos que estão nos Conselhos Municipais e no Conselho Estadual de Saúde. Naquela oportunidade pudemos difundir para todas as dioceses o texto básico da Campanha da Fraternidade.

O que estamos fazendo sob o ponto de vista operacional da campanha? Procuramos divulgá-la nos cartazes, pelas orações, cantos e folhetos das nossas missas, pelas palestras em escolas, pelos debates em universidades, pela divulgação no rádio, na televisão e nas revistas diocesanas.

A Campanha da Fraternidade está sempre presente também nos livros dos nossos grupos de família, que estão tratando, agora na Quaresma, desse tema, além de outros meios de publicação, como a *Folha da Saúde*, que é o caso da diocese de Criciúma.

Também realizamos palestras diversas nas Câmaras de Vereadores dos municípios catarinenses e atuamos ainda através da nossa catequese, da participação nos Conselhos Municipais e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, em fóruns populares de saúde, divulgando a carta de direitos dos usuários do SUS; também através de palestras em grupos de famílias, escolas e nos colégios católicos. Inclusive, as próprias escolas por essa consciência estão conseguindo com que essa carta seja replicada e divulgada em muitos espaços da nossa sociedade.

Toda a rede de agentes da Pastoral da Saúde, presente em todos os municípios de Santa Catarina, aproveita todas as

oportunidades para divulgar a campanha seja em ônibus, nas filas de banco, em todas as oportunidades.

Procuramos fazer o quê? Procuramos conscientizar para o bem viver, para termos uma boa saúde, uma saúde plena. No seminário que fizemos também encaminhamos vários gestos concretos. E um deles foi acolher em nosso meio e prover recursos para que nossos irmãos e irmãs que estivessem limitados por algum tipo de deficiência pudessem conosco usufruir da evangelização, pela adoção de meios de linguagem de sinais.

Por certo dom Wilson falará dos objetivos específicos da campanha, mas algo mantêm aceso o nosso coração: o SUS, a defesa que devemos fazer desse sistema e o seu justo financiamento. Outro item que aquece nosso coração é a oportunidade de podermos acompanhar as ações da gestão pública.

Quando fui convidado para aqui estar aproveitei para escutar, ver e ler alguma coisa que acontece neste Parlamento a respeito da saúde, pois esta Casa é uma caixa de ressonância de Santa Catarina. E vi que muita coisa aqui está sendo feita.

Então, qual é o nosso grande e primeiro objetivo? É mobilizar toda a nossa gente, católicos ou de outras religiões, irmãos nossos, a fazer esse acompanhamento, porque a saúde é muito importante para todos. Muitas vezes quando pensamos não estar utilizando o SUS, até de manhã cedo, ao tomarmos nosso café e comemos nosso pão, temos que lembrar que tudo foi inspecionado pela Vigilância Sanitária, que é SUS.

Então, a saúde é muito importante e gostaria de novamente agradecer esta oportunidade.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Registramos a presença da sra. Fabíola Goulart, representando neste ato a Renovação Carismática Católica e o setor da juventude da arquidiocese de Florianópolis.

Convido o sr. Acélio Casagrande, secretário adjunto da Saúde, que representa o secretário Dalmo Claro de Oliveira, para fazer uso da palavra.

O SR. SECRETÁRIO ACÉLIO CASAGRANDE - Primeiramente, gostaria de saudar o deputado Padre Pedro Baldissera e cumprimentá-lo pela iniciativa da realização desta sessão especial tão importante para o estado de Santa Catarina e para o nosso país.

Cumprimento dom Wilson Tadeu Jönck, arcebispo metropolitano de Florianópolis, os demais membros da mesa e todos os presentes.

Ontem, em Criciúma, minha terra natal, participei de uma missa e após o seu término fizemos uma caminhada até o Hospital São José. Ao final da caminhada conversei com dois padres que lá estavam e disse-lhes que gostaria muito, como secretário adjunto e representando o gover-

nador Raimundo Colombo e o secretário Dalmo Claro de Oliveira, de que o debate da Campanha da Fraternidade não fosse concluído, não terminasse, enquanto não houvesse um debate com todos os que lutam pela saúde.

Hoje, ao chegar à minha sala, deputado Padre Pedro Baldissera, quando vi o convite para esta sessão especial, pensei no que havia conversado ontem e na oportunidade que teria para colocar esse desejo.

Como gestor da área da saúde penso que todos aqui presentes são importantes na ajuda crítica, principalmente a Assembléia Legislativa, para superar as deficiências que o sistema tem. Já foi colocado aqui pelo deputado o quanto lutamos pela Emenda n. 29, que garante 12% dos recursos do estado para a Saúde, assim como 15% dos municípios e 10% do governo federal. O que aconteceu durante este ano? A Emenda n. 29 foi regulamentada, mas desvinculou o percentual de 10%, que garantiria mais recursos federais à saúde de todo o Brasil. Essa foi a razão de o deputado Padre Pedro Baldissera dizer que infelizmente foi feita a regulamentação pela metade.

Mas quero falar aqui também sobre o que estamos planejando. O estado de Santa Catarina está planejando humanizar mais o sistema público de saúde pública. Essa humanização passa por todos os profissionais que o estado tem - 14 mil servidores diretos - e mais todos os hospitais conveniados, afora os 14 públicos que o estado administra. Essa humanização passa ainda pela melhoria dos prontos socorros, pela melhoria dos hospitais e, acima de tudo, dos três níveis de saúde pública.

O primeiro é o primário, que é representado pelo posto de saúde e que deve cuidar também da prevenção, que pode ser feita através dos grupos de hipertensão, de diabetes, fazendo com que as pessoas não caiam nos hospitais.

O deputado Padre Pedro Baldissera colocou muito bem que se cuidarmos do hipertenso, do diabético, das doenças crônicas, faremos com que elas não tenham derrame, não tenham infarto e tenham que ser hospitalizadas.

A atenção básica é fundamental para o sistema público de saúde. Muitos falam em hospital, hospital, hospital, mas a prevenção é o fundamental no sistema público de saúde.

O segundo nível é o secundário e refere-se às especialidades. O que o governo quer fazer agora com relação às especialidades? O governo vai criar um sistema de policlínicas em todas as regiões do estado de Santa Catarina. Assim, após o atendimento no posto de saúde, as pessoas serão encaminhadas às policlínicas de cada região com consulta com dia e hora marcados para os especialistas.

Bom, estão faltando especialistas, por isso as pessoas não conseguem agendar consultas. Reorganizando o sistema vamos ver quais especialistas estão faltando em cada região, para que o estado dê um

estímulo financeiro às regiões que necessitam. Muitas pessoas saem das suas residências, dos seus municípios para vir a Florianópolis de ambulância, de veículos locados, correndo risco nas estradas, porque lá na região não há um sistema organizado.

Um paciente que necessita de uma cirurgia de catarata, sai lá do extremo sul do estado de Santa Catarina ou de São Miguel d'Oeste para ser operado na capital. É essa reorganização do sistema que queremos fazer.

Há outros programas que gostaria de debater e é claro que teremos oportunidade de fazê-lo. Nas hoje quero cumprimentar a Igreja Católica - e eu sou católico - por essa campanha e colocar a secretaria de estado da Saúde, deputado Padre Pedro Baldissera, à disposição para debater os assuntos críticos que existem em cada região, em cada microrregião, a fim de aliviar o sofrimento de muita gente.

É verdade que as dificuldades são grandes, inclusive as financeiras, mas é preciso agir, fazer acontecer, e é isso que estamos tentando fazer. O governo, dentro da linha definida pelo governador Raimundo Colombo, as pessoas em primeiro lugar, quer chegar com o atendimento à saúde o mais humanizado e o mais próximo possível das pessoas, pois ainda há regiões que não têm serviço de radioterapia e as pessoas têm que se deslocar a Florianópolis para fazer os seus exames.

Então, há dificuldades? Há. Há avanços? Há. O SUS, a meu ver, ainda é o melhor plano de todos os que existem, mas é claro que pode ser melhorado com a ajuda de todos. E eu peço essa ajuda a todos os que aqui estão para que o estado tenha uma qualidade de serviços de saúde bem melhor.

Deputado Padre Pedro Baldissera, meus cumprimentos em nome do governo de Santa Catarina, por esta sessão especial. Coloco o governo à disposição para que, juntamente com a Assembleia Legislativa, possamos interagir durante a Campanha da Fraternidade.

Um forte abraço, muito obrigado, e estou à disposição para qualquer pergunta que porventura venha a ser feita ainda durante esta noite.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, secretário Acélio Casagrande, da Saúde de Santa Catarina.

Convido o mestre de cerimônias, Washington Luis Mignoni, para discorrer sobre a Campanha da Fraternidade de 2012.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - A Igreja Católica propõe como tema da campanha deste ano A Fraternidade e a Saúde Pública, e como lema Que a Saúde se difunda sobre a Terra. Deseja assim sensibilizar todos sobre a dura realidade de irmãos e irmãs que não têm acesso à assistência de saúde pública condizente com suas necessidades e dignidade. É uma realidade que clama por

ações transformadoras. Refletir a realidade da saúde no Brasil, em vista de uma vida saudável, mobilizando o espírito fraterno e comunitário das pessoas, na atenção aos enfermos e na busca por melhoria no sistema público de saúde.

Neste momento o Poder Legislativo catarinense presta homenagem a sua excelência reverendíssima dom Wilson Tadeu Jönck, arcebispo metropolitano de Florianópolis, pela evangelização em prol da saúde, despertando nas comunidades a discussão sobre a realidade da saúde pública, na exigência de qualificação dos gestores, para o bem da comunidade.

Convido para fazer a entrega da homenagem o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, teremos a apresentação de um grupo de jovens da Comunidade Shalom, com a encenação de um texto do Evangelho.

O SR. CAIO CÉSAR FELIX DA SILVA - Lerei o Evangelho do Bom Samaritano, em que o Senhor nos convida a ser mais que irmãos, ser amigos, ir ao encontro do outro em suas necessidades e amá-los em suas feridas e dores.

(Passa a ler.)

"23 - E, voltando-se para os discípulos, disse-lhes em particular: Bem-aventurados os olhos que veem o que vós vedes,

24 - pois vos digo que muitos profetas e reis desejaram ver o que vós vedes e não o viram; e ouvir o que ouvís e não o ouviram.

25 - E eis que se levantou certo doutor da lei, tentando-o e dizendo: Mestre, que farei para herdar a vida eterna?

26 - E ele lhe disse: Que está escrito na lei? Como lês?

27 - E, respondendo ele, disse: Amarás ao Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todas as tuas forças, e de todo o teu entendimento e ao teu próximo como a ti mesmo.

28 - E disse-lhe: Respondeste bem; faze isso e viverás.

29 - Ele, porém, querendo justificar-se a si mesmo, disse a Jesus: E quem é o meu próximo?

30 - E, respondendo Jesus, disse: Descia um homem de Jerusalém para Jericó, e caiu nas mãos dos salteadores, os quais o despojaram e, espancando-o, se retiraram, deixando-o meio morto.

31 - E, ocasionalmente, descia pelo mesmo caminho certo sacerdote; e, vendo-o, passou de largo.

32 - E, de igual modo, também um levita, chegando àquele lugar e vendo-o, passou de largo.

33 - Mas um samaritano que ia de viagem chegou ao pé dele e, vendo-o, moveu-se de íntima compaixão.

34 - E, aproximando-se, atou-lhe as feridas, aplicando-lhes azeite e vinho; e, pondo-o sobre a sua cavalgadura, levou-o para uma estalagem e cuidou dele;

35 - E, partindo ao outro dia, tirou dois dinheiros, e deu-os ao hospedeiro, e disse-lhe: Cuida dele, e tudo o que de mais gastares eu to pagarei, quando voltar.

36 - Qual, pois, destes três te parece que foi o próximo daquele que caiu nas mãos dos salteadores?

37 - E ele disse: O que usou de misericórdia para com ele. Disse, pois, Jesus: Vai e faze da mesma maneira." [sic]

Que o Senhor nos conceda a graça de ser mais que irmãos, ser amigos! Irmos ao encontro do outro em todas as suas necessidades e amá-los em suas feridas e dores.

(Procede-se à interpretação da música *Coração em Comunhão*, com a encenação de um grupo de jovens.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - A seguir, teremos a apresentação do Coral Santa Cecília, com as músicas da Campanha da Fraternidade de 2012 e o Hino da Santa Catarina, padroeira da arquidiocese, sob a regência do maestro padre Ney Brasil Pereira, acompanhado do Quarteto de Metais da Banda da Polícia Militar de Santa Catarina.

(Procede-se à apresentação do coral e do quarteto.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Dando continuidade à nossa sessão especial, neste momento convido para fazer uso da palavra sua excelência reverendíssima dom Wilson Tadeu Jönck, arcebispo metropolitano de Florianópolis.

O SR. DOM WILSON TADEU JÖNCK - Excelentíssimo sr. deputado Padre Pedro Baldissera; excelentíssimo sr. secretário-adjunto da Saúde, Acélio Casagrande, neste ato representando o secretário Dalmo Claro de Oliveira; srs. membros da mesa; srs. padres, religiosos e religiosas; todos os empenhados no trabalho com a saúde nas várias pastorais dentro da igreja; demais pessoas presentes.

Quero agradecer por esta oportunidade e por esta iniciativa, deputado Padre Pedro Baldissera, de nos dar este espaço para divulgar esse tema que é tão importante, um tema que é da sociedade e é de todos nós.

A Igreja Católica tem, nos últimos anos, desde 1964, o hábito de propor um tema de cunho social, e com isso mostra-nos que a nossa fé deve, de alguma forma, iluminar a realidade e transformar a realidade em que vivemos.

Por outro lado, também com a proposta de temas sociais, dá a sua contribuição para transformar essa realidade, seja na reflexão, seja propondo caminhos bem concretos que se pode trilhar. E um desses caminhos que foi proposto, como foi lembrado nas Campanhas da Fraternidade de

1981 e de 1984, redundou exatamente naquilo que é o Sistema Único de Saúde.

Se olharmos como a Igreja Católica se coloca diante da saúde, vamos ver, através dos séculos, que talvez tenha sido a instituição quase única a se preocupar com a saúde. Ela tinha uma motivação e encontrava-a no Evangelho, que era exatamente a caridade com o próximo, a solidariedade com o necessitado, o doente. Por isso foi uma das marcas da Igreja durante toda a sua caminhada.

Muito recentemente, o governo começou a se preocupar de uma forma mais incisiva com a saúde. A Igreja fazia isso e o faz por caridade, mas quando o governo começou a se preocupar mais com a saúde, emergiu outro princípio: o da saúde como um direito do cidadão e um dever do estado. E podemos dizer que nos últimos tempos apareceu outro princípio: o da saúde como um negócio. Penso que aqui talvez não seja essa a melhor estrada.

Se olharmos todo esse trabalho e a caminhada que se foi fazendo, encontraremos agora a implantação do Sistema Único de Saúde. Eu diria mesmo que na implantação foi configurado aquilo que é um Sistema Único de Saúde, mas não foi implantado. Começa a haver muitos enroscos, muitos gargalos, e quem deveria fazer a gestão, ou de alguma forma administrar, encontra dificuldades e o Sistema Único de Saúde não é implantado de verdade.

Mas se olharmos um pouco aquilo que é a saúde durante a caminhada e, sobretudo, nos últimos anos, gostaria de lembrar aquilo que o nosso manual coloca: a Meta do Milênio, que é exatamente a proposta das Nações Unidas para que se consiga sair do subdesenvolvimento, e isso atinge também a área da saúde.

Na realidade, são oito metas: redução da fome no mundo; educação básica para todos; igualdade entre os sexos e maior autonomia e dignidade para a mulher; redução da mortalidade infantil; melhoria da saúde materna; combate às epidemias e às doenças; garantia da sustentabilidade ambiental; e parcerias para o desenvolvimento.

São oito metas que as Nações Unidas se propuseram a desenvolver e implementar no mundo todo. E, sobretudo, penso que podemos citar quatro dessas metas, pois envolvem a saúde, com alguns bons resultados.

Se nós olharmos a redução da mortalidade infantil, de fato isso aconteceu. Se há alguns anos a mortalidade infantil chegava perto de 70 por mil, hoje ela está abaixo de 20. Eu diria que o maior mérito disso é da Pastoral da Criança, que saiu a campo com um batalhão de voluntários e com ações muito simples, mas determinadas, conseguiu mudar essa situação. Há um progresso nesse sentido.

Também no tocante à saúde materna foram dados passos nos últimos anos. Já no combate às epidemias e doenças, podemos ver as campanhas pontuais de sucessivos governos exatamente

para combatê-las. Podemos dizer não deram conta da dengue ainda, pois ela é meio resistente, mas foram muitas campanhas com benefícios muito grandes para toda a sociedade.

Há ainda a garantia da sustentabilidade ambiental. Aqui também se procura dar alguns passos, tímidos ainda, eu diria.

Falando agora do Sistema Único de Saúde, gostaria de lembrar alguns dos seus princípios, não para explicá-los, mas exatamente para entender a quantas nós andamos.

O Sistema Único de Saúde se baseia em três conceitos básicos: a universalidade, a integridade e a equidade. Em outras palavras, fazer com que todos tenham o serviço de saúde. Ele deve ser executado através de princípios, que são chamados princípios organizacionais. O primeiro deles é a regionalidade, regionalizar o sistema de saúde - e está a caminho.

O nosso secretário falou muito bem das metas e que há o que fazer. Nós ficamos muito contentes de saber que se está tomando providências e que não será preciso vir para Florianópolis, pois haverá outros centros que poderão dar um atendimento adequado ao menos para a maioria dos doentes que buscam o sistema de saúde.

O segundo princípio organizacional é exatamente a hierarquização, colocada também pelo secretário. Eu penso, secretário, que o sistema é bom. Há aquele nível básico, o nível primário, o nível secundário, o nível terciário e o nível quaternário, se for necessário. Eu creio que o mais importante aqui é que haja um esclarecimento, que se decida por esse sistema mesmo, que ninguém vá buscar um hospital grande em primeiro lugar, mas vá buscar as unidades de saúde. E parece-me que elas de fato vão acontecer por todos os lados.

Este é um dos princípios do Sistema Único de Saúde: que aquele primeiro atendimento - que certamente atenderá a metade, ao menos, daqueles que procuram um médico, um hospital - seja feito nessa unidade. E daí irá encaminhar-se para um segundo atendimento, que será feito num hospital, com um atendimento mais perfeito, e assim por diante. E que isso realmente possa acontecer.

Vejo que se está fazendo isso nesse primeiro nível, e no segundo e no terceiro níveis eu não vejo tanto assim. Mas penso que é necessário que consigamos resolver essas questões, e os princípios estão aqui, basta colocá-los em prática.

Temos que pensar na descentralização, em distribuir a responsabilidade entre os vários líderes do governo, e aqui a coisa anda meio confusa. Há pouco o deputado Padre Pedro Baldissera falou que o governo do estado deve dispor 12% para a Saúde, mas não é obrigado a isso. Da parte do governo federal não se sabe, fica um pouco a bel-prazer, e o município deve investir 15%.

Mas cada um desses níveis deve ser responsável por um atendimento, e o

município deveria dispor, ao menos, desse nível básico, que é o Sistema Único de Saúde. Mas é claro, há muitas coisas que precisam ser realizadas. No meu modo de entender essa situação depende demais do governo federal, pois essa verba, que sempre é negociada, fica curta. Essa é uma realidade!

O princípio do SUS é a racionalização e a resolução, fruto da regionalização, em que certas coisas devem ser resolvidas, quando possível, no local mais perto de onde a pessoa mora. Se a maioria das coisas pudesse ser resolvida dessa forma, seria importante.

Os dois últimos princípios se referem exatamente à complementação do setor privado, e aqui a sociedade tem dado a sua contribuição, tanto o setor empresarial quanto a população de um modo geral, que sempre colaborou com as campanhas da Saúde. Inclusive, grande parte daquilo que temos é mantido mesmo pela população. O último princípio refere-se à participação da comunidade, sobretudo nos Conselhos de Saúde e nas conferências.

O Conselho de Saúde é uma instância obrigatória e deve pronunciar-se para aprovar as políticas de saúde do administrador, do gestor, e creio que possamos aperfeiçoá-lo participando, colocando lá pessoas competentes e fazendo com que esse conselho, de fato, seja uma instância viva de representação da sociedade na aprovação e na fiscalização das políticas.

As conferências reúnem-se mais esporadicamente e avaliam todo o sistema, a caminhada e a necessidade da mudança de rumos.

Quanto ao Sistema Único de Saúde, existem coisas que, segundo acredito, se colocadas em prática, ficarão muito boas. Então, queremos fortalecer, através da Campanha da Fraternidade, essas questões. A Igreja trabalha como uma força subsidiária, porque não é ela que vai fazer acontecer isso, mas ela pode ser uma expressão da sociedade para ajudar quem de fato deve tomar as decisões, quem tem a responsabilidade de dar rumo às políticas sobre a saúde. A Igreja quer dar essa contribuição através de reflexão, colaborando para implementar aquilo que for decidido.

Algumas coisas talvez possamos lembrar novamente, recordar. A primeira delas é que um dos principais gastos na área da saúde é com as doenças não transmissíveis, sobretudo duas: as doenças cardiovasculares e as geradas pela diabetes. Boa parte do dinheiro que se gasta na Saúde, de um modo geral, é por conta desse tipo de doenças que boa parte delas não precisa de internação, apenas de prevenção, de acompanhamento.

Então, quando falamos em saúde, essa é uma parte que necessita de investimentos, pois atinge mais da metade dos nossos doentes.

Gostaria também de chamar a atenção para a realidade dos nossos hospitais, principalmente dos grandes, onde há um cenário, para usar uma palavra antiga,

dantesco, porque parece que há um empilhamento de doentes. Isso a gente não gostaria de ver. Eu não gostaria de estar lá e não me sentiria bem ver um irmão meu naquela situação. Acho que devemos fazer alguma coisa imediatamente. Há que se superar essa situação, seja construindo mais hospitais ou distribuindo melhor a renda. Temos que ter uma solução urgente!

Outra coisa que nos preocupa é a falta de profissionais. Não sei se falta em números totais, mas há muitas regiões que não são atendidas por médicos. Há muitas áreas de saúde que são mal atendidas por médicos e isso deve ser superado. Parece-me que esse problema será solucionado com bons salários, remuneração justa, uma política adequada nesse sentido.

Quero ainda abordar outro assunto - e agora gostaria de falar diretamente ao nosso secretário - com relação àquela tabela do SUS, que é uma vergonha. A nossa arquidiocese possui um hospital há muito tempo, em Azambuja, na cidade de Brusque, vocês devem conhecer bem, que tem convênio com o SUS, mas aquilo que o convênio paga não cobre nem a metade do custo do doente. E o resto? A coisa não pode ficar assim!

O Brasil cresceu nos últimos anos. A renda do brasileiro cresceu. A renda do governo mais ainda. Por isso deve sobrar mais para ser aplicado na saúde.

(Palmas)

Quero, finalizando, agradecer mais uma vez esta oportunidade. Gostaria que todas as pessoas aqui presentes pensassem que esses temas que foram levantados durante esta sessão merecem uma atenção

especial, uma reflexão e que se juntos buscarmos solucioná-los, alguma coisa pelo menos ficará melhor encaminhada, tenho certeza. E se isso acontecer a partir da reflexão do tema que a Campanha da Fraternidade sugere, ficaremos muito contentes.

Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, por essa iniciativa, e que de fato possamos caminhar, juntamente com o nosso secretário e com o nosso governador, para solucionar as questões que foram abordadas nesta noite!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Agradecemos as sábias palavras do nosso bispo, dom Wilson Tadeu Jönck, que certamente desafiam todos para que, através de nossas ações, possamos sempre, cada vez mais, fazer valer aquilo que a Constituição prescreve e que se dá a partir do conhecimento e da mobilização de toda a sociedade.

A Igreja tem sido protagonista do debate sobre o SUS e vem em boa hora trazer novamente à tona essa questão à sociedade. É claro que fica sempre um desafio para cada um de nós: como cuidamos da nossa saúde? Devemos cobrar do estado porque a saúde é um direito de cada um de nós? Qual é o trato que dou para mim? Esse é um desafio de todos nós. A boa saúde parte também das nossas relações, da nossa convivência e passa por aquilo que ingerimos no dia a dia da vida. É preciso que façamos essas reflexões e, acima de tudo, que tenhamos realmente o SUS ao alcance de todos os cidadãos.

Nesse sentido, quero, de coração, agradecer a participação de todas as pessoas que fizeram parte da mesa, aos convidados, a dom Wilson Tadeu Jönck, a Ademir Freitas, secretário executivo da Regional Sul; ao secretário adjunto da Saúde, Acélio Casagrande, aos que aqui representaram as várias pastorais, aos padres, às irmãs, aos religiosos, às religiosas, aos seminaristas, às estudantes que estão-se preparando para a missão de irmã ou de padre, ao nosso coral.

Agradeço também à imprensa, às nossas taquígrafas, à Assembleia Legislativa, em nome do nosso presidente, deputado Gelson Merisio.

A Presidência convida todos para, de pé, ouvirem a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo Coral Santa Cecília, sob a regência do maestro padre Ney Brasil Pereira, acompanhado do Quarteto de Metais da Banda da Polícia Militar de Santa Catarina.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência, agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com seu comparecimento e antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 019ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2012

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Parabeniza o juiz da Vara da Fazenda por decisão tomada a respeito de denúncia acerca de *software* adquirido pela secretaria de estado da Educação.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Registra a presença do presidente do PSD Jovem, de Guarimirim, o Ezequiel, e do secretário Aldair.

**DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA** - Aborda tema a respeito do Fórum do Aquífero Guarani e das Águas Superficiais.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (pela ordem) - Registra a presença do reverendo Roberto Tribess.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Reporta-se ao Dia da síndrome de Down e à segurança pública.

#### Partidos Políticos

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Manifesta-se a respeito da aprovação da autorização da Assembleia Legislativa ao governo do estado para proceder a empréstimo da Caixa Econômica Federal.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Silvío Dreveck.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Homenageia os 90 anos do PCdoB.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Destaca o Projeto de Lei n. 0105/2012.

**DEPUTADO CARLOS CHIODINI** - Defende o ensino a distância.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Registra recursos para os CTGs.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (pela ordem) - Registra a presença no plenário da vereadora Nilza, de Itapema, e do jornalista Lúcio Mauro, diretor da Rádio Clube de Joinville.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Discute a PEC n. 0001, que dá aos prefeitos a possibilidade de firmar convênio com os bombeiros voluntários, visando à fiscalização de obras.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Faz uma reverência à ministra Ideli Salvatti.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jailson Lima.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jailson Lima.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jailson Lima.

**DEPUTADO ALDO SCHNEIDER** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jailson Lima.

**DEPUTADO DADO CHEREM** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jailson Lima.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jailson Lima.

#### Ordem do dia

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Encaminha votação ao Projeto de Lei Complementar n. 0002/2012.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** (pela ordem) - Encaminha votação ao Projeto de Lei Complementar n. 0002/2012.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (pela ordem) - Encaminha votação ao Projeto de Lei Complementar n. 0002/2012.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Encaminha votação ao Projeto de Lei Complementar n. 0002/2012.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Encaminha votação ao Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2012.

**DEPUTADO DADO CHEREM** (pela ordem) - Encaminha votação ao Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2012.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** (pela ordem) - Encaminha votação ao Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2012.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - (pela ordem) - Encaminha votação ao Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2012

**DEPUTADO JAILSON LIMA** (pela ordem) - Encaminha votação ao Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

Antes, porém, solicito à deputada Ana Paula Lima que assuma a condução dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, companheira Ana Paula Lima, presidente do nosso partido, que neste momento passa a presidir esta sessão, eu gostaria de convidar todos para participarem da sessão especial que se realizará amanhã, neste plenário, com o objetivo de conceder o título de cidadão catarinense ao Morongo, que é médico assim e também proprietário da Mormaii. A sessão será abrilhantada com músicas tocadas ao piano pelo Morongo e seu filho.

Teremos aqui numa inovação um *stand up* de 20 minutos contando o histórico da Mormaii. E lá fora teremos uns painéis mostrando o histórico do que isso representa, inclusive, para a economia catarinense e mundial.

Então, será um imenso prazer para todos nós. Conheci o Morongo quando éramos estudantes em Garopaba, ele tinha um *buggy* e uma prancha de surfe e, à época, atendia aos pescadores e muitas vezes recebia como pagamento os pescados, tendo uma missão, naquele momento, de caráter de saúde pública, como médico de família em Garopaba. Hoje, é um dos maiores empresários do Brasil, com certeza o maior empresário do setor de esportes do Brasil, patrocinando vários esportistas.

Então, amanhã teremos uma sessão que para mim será extremamente gratificante, porque conheci o Morongo através de um tio que era farmacêutico e trabalhava na cidade de Garopaba, chamado Dilmar Lima - que tinha a letra tão ruim quanto a minha - e que faleceu num acidente de trânsito um ano após eu ter conhecido o Morongo.

Sr. presidente, desta tribuna fizemos uma denúncia acerca de um *software* adquirido pela secretaria de estado da Educação, em fevereiro, antes da saída do ex-secretário. Através de uma licitação dirigida, proibiu-se que uma pequena empresa de Alfredo Wagner participasse da disputa, proibiu-se, inclusive, que outras empresas participassem. O processo foi extremamente direcionado. Essa empresa de Alfredo Wagner, por exemplo, participou de um certame licitatório em São Paulo e foi a vencedora, tendo disputado contra essa empresa que recebeu os recursos para atender à secretaria da Educação.

A partir do conhecimento desses fatos, demos entrada em uma ação popular, e aproveitei a ocasião para parabenizar o meu advogado, dr. Jean Vaz, da cidade de Rio do Sul, pois foi excelente a forma como redigiu a petição.

Neste momento, quero cumprimentar também o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, dr. Luiz Antônio Fornerolli, que ontem, provavelmente tão indignado quanto todos nós, após a veiculação de matéria no programa *Fantástico* no último domingo, dando conta da corrupção nas compras da Saúde e da Educação, um verdadeiro assalto aos cofres públicos, concedeu uma liminar suspendendo o contrato da secretaria da Educação com a empresa Guerra, de Curitiba, e indisponibilizou os bens, até o valor de R\$ 1.105.000,00, do ex-secretário Marco Tebaldi, do diretor de Tecnologia e Inovação, Raul Bergson - esse é o picareta maior, que controlava e encaminhava as licitações na SEE -, e da empresa Guerra. Determinou ainda o dr. Fornerolli o bloqueio das contas bancárias e notificou o Detran, o Cartório de Registro de Imóveis, a Capitania dos Portos e a Junta Comercial.

Esse juiz, srs. deputados, tomou uma posição proba do ponto de vista da necessidade, deputado Elizeu Mattos, da transparência dos órgãos públicos. Ontem, por volta das 18h, recebi a informação de que já foi realizado, inclusive, um bloqueio numa conta bancária no valor de R\$ 1.105.000,00, referente ao valor do contrato dessa licitação, mas não sei na conta de quem ocorreu o bloqueio!

Afirmamos, ao fazer a denúncia, que havia uma gordura de pelo menos R\$ 750 mil! e que em menos de três dias fora feito o empenho, a entrega da nota fiscal e o pagamento! E não sei se a tal empresa já entregou o produto! Mas isso não é tudo, sr. presidente. A partir do momento em que o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública tomou essa posição, resolvemos vasculhar o resto das compras realizadas no final de fevereiro pela

secretaria de estado da Educação. E vou provar, deputada Ana Paula Lima, que há mais de R\$ 10 milhões de gordura nas licitações levadas a cabo naquele mês.

Estamos levantando todos os dados e a partir da semana que vem começaremos a encaminhar os pedidos de informação à secretaria da Educação, porque desviar recursos da Saúde e da Educação é excluir a possibilidade de todos terem acesso à cidadania, é deixar de atender aos doentes nos hospitais.

Vou pedir explicações, deputado Elizeu Mattos, sobre o que levantei dos quase R\$ 8 milhões comprados em livros sobre *bullying* para distribuir nas escolas do nosso estado. Foram comprados pela secretaria da Educação!

Então, pergunto: e o resto do governo não avalia isso? Se formos verificar o que já foi pago para a empresa que coordena ou que foi contratada para fazer a gestão do plano de saúde para os servidores, já passa de R\$ 10 milhões! E ainda não foi gasto esse valor para pagar em prestação de serviço médico para o servidor do estado neste mesmo plano de saúde. Este é outro grande contraste! Portanto, estou dizendo que após essa manifestação do dr. Fornerolli, vamos continuar avaliando todos os contratos.

Ao mesmo tempo, deputada Ana Paula Lima e srs. deputados, quero parabenizar o coordenador do Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado, Márcio não sei das quantas, pois depois de seis meses que enviei o pedido de informação e depois que fui lá na Eliane Calmon, hoje, ele resolveu mandar a resposta. Até quero convidá-lo para dia 16 de maio participar de um seminário sobre transparência pública nesta Casa.

Recebi um envelope. E sei que ele deveria estar com muitas atividades e com dificuldades para mandar essas respostas, portanto, está perdoado. Mas vou ler todas as informações com atenção, e já quero dizer que numa leitura rápida e inicial há dados que questiono, e não li tudo. Mas ele me enviou umas cem páginas de respostas. E acho que levou seis meses para responder porque foram cem páginas; muitas eram fotocópias, e isso também demora para fazer. Mas vamos analisar tudo com muita atenção.

Quero parabenizar o dr. Márcio pela sua boa vontade em responder a esta Assembleia Legislativa, porque os deputados aqui são figuras insignificantes diante do ministério, mas vamos continuar trabalhando para desvendar os mistérios das licitações deste estado, principalmente as questões que acontecem nesses órgãos que não querem ser fiscalizados pelo povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, pedi a palavra somente para registrar a presença de dois jovens do nosso partido, o presidente do PSD Jovem, de Guarimirim, o Ezequiel, e o Aldair, que é o secretário. Eles estão visitando os gabinetes dos srs. deputados na tarde de hoje. Queremos

dizer que estão fazendo um ótimo trabalho naquele município.

Sejam bem-vindos a esta Casa!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, aproveito a tarde de hoje para trazer uma temática já abordada em outros momentos neste Parlamento e dizer que ao mesmo tempo muitas atividades foram desenvolvidas a partir da sua institucionalização, que foi o Fórum Permanente do Aquífero Guarani, que por vezes tem sofrido algumas alterações. O fórum se propõe a debater, a discutir a bacia do rio Uruguai, o Aquífero Guarani. E agora surge com uma nova nomenclatura, sendo chamado de Fórum do Aquífero Guarani e das Águas Superficiais.

Amanhã, no contexto mundial, traremos o Dia Mundial da Água, e parece-me extremamente oportuno o debate, a discussão sobre a temática que envolve a questão da água, diante de toda sua dimensão, sua relação com a questão ambiental, o que não poderia deixar de mencionar.

Portanto, no Dia Mundial da Água, 22 de março, estaremos mais uma vez, através da Assembleia Legislativa do nosso estado, dando início, ou continuidade, retomando, o debate sobre o Aquífero Guarani.

Eu me lembro que em 2004 esta Casa criou pela primeira vez o Fórum Parlamentar. Na oportunidade tive o privilégio de fazer parte do fórum, e depois, a partir de 2005, estive na coordenação do mesmo, presidindo-o por alguns anos, quando conjuntamente com vários parlamentares e segmentos da sociedade estivemos levando o debate, a discussão para todo o interior do nosso estado de Santa Catarina. Tivemos o privilégio de fazer este debate ao longo de toda bacia do rio Uruguai. Foram mais de 20 seminários que realizamos através do fórum, onde diretamente participaram mais de 20 mil pessoas nesses diferentes seminários. Foram criados momentos intensivos de discussão, de debate, e saíram várias proposições, claro, juntamente com os nossos cidadãos e cidadãs, criando sempre uma consciência nova, diferente, em torno das questões ambientais, do cuidado com a questão da água e com o meio ambiente, quer dizer, o cuidado e a relação que temos que ter com o próprio Aquífero Guarani, pois essa grande e importante reserva subterrânea de água, em torno de 47% da água do Aquífero Guarani, está em solo catarinense.

Portanto, o nosso estado é que detém a maior quantidade dessa reserva. E para tanto, em termos de responsabilidade podemos dizer que temos a mesma dos estados que compõem o Aquífero Guarani, bem como de Santa Catarina, ou dos três países da América Latina que também fazem parte, que compreendem e compõem a extensão do Aquífero Guarani.

Nós vamos retomar esse tema. Amanhã, às 10h, aqui na sala de imprensa estaremos mais uma vez retomando esse trabalho. E junto com esse retomar, queremos proporcionar, mais uma vez, grandes discussões junto à sociedade catarinense, passando pelas nossas escolas, instituições educacionais, organizações, movimentos com as lideranças, agentes políticos de todos os

diferentes municípios, sejam eles parte do Executivo, do Legislativo, enfim, um debate que interessa a toda sociedade.

Investimos grandes recursos para podermos ter à disposição um líquido fundamental que é a gasolina, o petróleo. E deveríamos cuidar muito mais desse precioso líquido, a água, porque sem ele acaba a própria vida sobre a terra e o meio ambiente. Todos nós precisamos dele; por isso, existe um desafio nosso mais acentuado.

Então, para tanto, convido o Parlamento catarinense para que possamos, além de estarmos envolvidos nesse processo, participarmos ativamente em nossas regiões para contribuir e ajudar nesse importante debate que estaremos construindo a partir da institucionalização do Fórum Permanente do Aquífero Guarani e das Águas Superficiais.

Também, quando se trata das águas superficiais, penso que para a grande região do oeste do nosso estado de Santa Catarina vem sempre uma preocupação maior, porque os estudos indicam que em médio prazo poderemos ter consequências drásticas com relação ao desaparecimento da água superficial.

Percebemos ao longo desses últimos anos como a água diminuiu. Muitas fontes e nascentes foram secando e em poucas vezes de estiagem percebemos o agravamento com maior intensidade. Isso nos remete a uma discussão e junto com ela algumas ações concretas e práticas para que possamos, de uma forma ou de outra, se não estancar, amenizar essa situação que é vivida na nossa região do oeste.

Isso nos leva a entender também que a acentuada perfuração de poços rasos é que está comprometendo a própria água superficial. Temos que de repente inverter um pouquinho a lógica, ou seja, primeiramente, cuidar daquilo que está visto aos olhos, a água superficial. Se lhe dermos um trato, se tivermos cuidado com ela, com certeza estaremos buscando certo equilíbrio e quem sabe até possamos mantê-la.

Agora, não basta somente manter a água, é preciso ter cuidado para que seja saudável para todos que dela dependem.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado deputado Padre Pedro Baldissera.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, apenas para registrar, com muita satisfação, a presença, nesta Casa, do colega reverendo Roberto Tribess que lidera a comunidade Comunhão Cristã, na cidade de Blumenau. É uma satisfação recebê-lo nesta Casa, na tarde de hoje.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Seja bem-vindo a este Parlamento que é a Casa do Povo e, queira ou não, um pouco ocupada por ele.

A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas Angela Albino e Dirce Heiderscheidt, srs. parlamentares,

também cumprimento o reverendo Roberto Tribess que se faz presente nesta Casa, como já mencionou o deputado Ismael dos Santos.

O que me traz à tribuna na tarde de hoje é para falar, deputado José Milton Scheffer, e v.exa. também vai falar sobre este assunto, e participou na manhã de hoje no plenarinho da Assembleia Legislativa, sobre o Dia da Síndrome de Down.

(Passa a ler.)

"Srs. parlamentares, público catarinense que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, no dia 21 de março a Organização das Nações Unidas, acatando uma proposição do nosso país, do Brasil, através da resolução assinada por 78 países, definiu o dia 21 de março como o Dia da Síndrome de Down.

O dia 21 de março tem como meta disseminar informações sobre a síndrome de Down, rompendo com mitos e preconceitos, preconizando uma educação inclusiva, participação política e uma vida independente. Assim, podemos inferir que todos somos diferentes, mas todos somos seres humanos. Portanto, eficientes, independentemente da nossa deficiência."

Este debate foi feito hoje pela manhã nesta Assembleia Legislativa, sob a coordenação do deputado José Nei Ascari, que é o presidente da comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, instituída este ano.

(Continua lendo.)

"O dia 21 de março é também o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial. Naquele dia 21 de março de 1960, há 52 anos, na cidade de Joanesburgo, capital da África do Sul, 20 mil negros protestavam contra a lei do passe que os obrigava a portar cartões de identificação, especificando os locais por onde podiam circular.

No bairro de Shaperville, os manifestantes se depararam com tropas do exército. E mesmo sendo uma manifestação pacífica, o exército atirou na multidão, matando 69 pessoas e ferindo outras 186. Essa ação ficou conhecida como o Massacre de Shaperville. Em memória à tragédia, a Organização das Nações Unidas instituiu o dia 21 de março como o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial."

Então, no dia 21 de março se comemora o Dia da Síndrome de Down e também o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

Quero falar também sobre um tema importantíssimo, srs. parlamentares, e volto a esse tema porque é muito debatido nesta Casa, e a nossa população nos tem cobrado bastante, e que é uma das funções do parlamentar, que é zelar pela segurança pública, que é uma das preocupações, sras. deputadas, da população de Santa Catarina.

(Continua lendo.)

"Acompanhamos diariamente as notícias do aumento da criminalidade em todas as regiões do nosso estado. São casos de homicídios, furtos, assaltos à mão armada, explosão de caixas eletrônicas - parece-me que isso está acontecendo uma ou duas vezes por semana -, violência contra as mulheres, um dos temas debatidos hoje de manhã, deputada Dirce Heiderscheidt, na reunião da bancada feminina, exploração sexual infanto-juvenil e o aumento do tráfico de drogas.

Repito o que afirmei recentemente: o aumento da violência e do sentimento de

insegurança da nossa população está intrinsecamente ligado à diminuição e à falta de investimentos em segurança por parte do governo do estado de Santa Catarina.”

Vejo aqui presentes e dou boas-vindas aos funcionários IGP que também trabalham de uma forma precária no estado de Santa Catarina. Tenho acompanhado principalmente na cidade de Blumenau o que esses honrosos funcionários têm feito para dar atendimento à nossa população.

(Continua lendo.)

“Precisamos de uma vez por todas, srs. parlamentares e sras. parlamentares, de urgência na mudança da postura do governo do estado para as políticas da segurança pública. Falo com o sentimento da população de Blumenau que traz o sentimento de homens e mulheres do nosso estado.

Em Blumenau, vivemos com um número reduzido de policiais militares, de policiais civis, que fazem um bom trabalho, mas é um trabalho ainda precário, pelo déficit de homens e mulheres para atender à demanda da nossa população. Vivemos ainda com a decadência dos instrumentos de trabalho que se fazem necessários a esses profissionais que atuam na área da segurança pública, como câmeras de segurança, viaturas, combustível e armamentos.

Em Blumenau, somos carentes da implementação de políticas sociais preventivas que atendam, especialmente, à nossa juventude. Recentemente, num terminal de ônibus na cidade, um adolescente foi baleado, assustando toda a comunidade. Por isso fazemos esse apelo ao secretário da Segurança Pública e ao governador do estado de Santa Catarina, que preconizava que as pessoas estariam em primeiro lugar.

Por isso, além de garantir a presença física da Polícia, é preciso levar o estado às comunidades. Levar o estado significa levar urbanização, creche, posto de saúde, escolas, espaços de cultura, lazer e formação para o trabalho.

Infelizmente, em Blumenau, somos vítimas dessa omissão; não se oferece nem policiamento e muito menos políticas sociais eficientes à nossa gente. Trago, como exemplo, as comunidades formadas recentemente no programa Minha Casa, Minha Vida - que deu 1.824 residências, apartamentos -, que hoje estão nas páginas policiais como locais de violência e tráfico.

É lógico que as famílias que vivem lá e conquistaram o sonho da casa própria são pessoas de bem. Ninguém aqui está condenando essas pessoas.

O sociólogo Antônio Rangel Bandeira, da ONG Viva Rio, em excelente entrevista a um jornal de circulação principalmente na região do médio vale do Itajaí, diz o seguinte:

“O poder público de modo geral não oferece uma estrutura suficiente de psicólogos, assistentes sociais e agentes especializados para dar suporte à readaptação dessas famílias. É preciso ouvir as necessidades das comunidades envolvidas e mediar as diferenças para evitar os conflitos futuros. Porque se juntar diferentes comunidades, com bons e maus agentes, num único espaço, sem a devida assistência, é provável que prevaleçam os maus.”

É exatamente isso que está acontecendo e cobramos insistentemente da prefeitura de Blumenau. E já a estamos alertando há um bom tempo.

O governo federal construiu os condomínios e cabe à administração pública a garantia da assistência permanente a essas famílias. Além dos equipamentos públicos necessários como creches, escolas, postos de saúde e áreas de lazer. Essa sintonia se faz necessária entre segurança e políticas sociais, das quais estamos carentes. E o estado de Santa Catarina possui uma imensa dívida histórica que precisa começar a ser paga.

Precisamos de mais investimentos humanos, materiais e políticas públicas. É disso que a nossa gente precisa. E quero fazer uma reivindicação ao secretário da Segurança Pública: de uma vez por todas, escutem os nossos anseios, que são os anseios da nossa gente, do povo de Santa Catarina, na área da segurança pública.”

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - De acordo com a anuência dos srs. Líderes e por proposição do deputado José Milton Scheffer, hoje, pela manhã, tivemos o ato comemorativo ao Dia Estadual da Síndrome de Down. Nós, como médicos, nesta Casa, sentimos-nos lisonjeados e vamos suspender a sessão por dez minutos para passar a palavra ao deputado proponente.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) (Faz soar a campanha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, no final do meu pronunciamento de ontem fiz um breve comentário sobre a aprovação da autorização da Assembleia Legislativa ao governo do estado em proceder empréstimo da Caixa Econômica Federal na ordem de R\$ 400 milhões, para fazer alguns investimentos na área de saneamento em Santa Catarina. Acredito ainda que esses recursos estão muito aquém do que a Casan e principalmente a população catarinense precisam, até porque alguns municípios vão ser contemplados. Trata-se de um passo à frente, até porque Santa Catarina é reconhecida pela sua economia diversificada, pela sua beleza natural, pelas suas tradições culturais e pelo seu potencial econômico, deputado Kennedy Nunes, pelas praias.

Muitas vezes falamos da questão ambiental, deputado Darci de Matos. Não se pode fazer isso, não se pode fazer aquilo, não se pode construir, não se pode fazer qualquer corte de árvores. Enfim, tudo é válido desde que haja o bom senso. Mas, lamentavelmente, no âmbito nacional, Santa Catarina é um dos piores estados em termos de saneamento básico. E o que é necessário dizer neste momento? Há muita poluição acontecendo em nossas praias, rios, riachos, córregos, baías, mangues. Há ainda muita contaminação por causa do esgoto doméstico. Embora haja muito fossa séptica, essa situação está muito longe de ser comparada a uma rede coletora, com uma estação de tratamento de esgoto.

Por isso, ao falar de meio ambiente e de qualidade de vida, não podemos esquecer que uma das obras mais importantes é o saneamento básico. Assim, precisamos de água tratada, de esgotamento sanitário, de um

tratamento de esgoto adequado e eficiente para minimizar esse impacto no meio ambiente e principalmente nas praias, no litoral.

Temos acompanhado todos os anos a aferição da Fatma no que diz respeito à balneabilidade das praias, que muitas vezes estão com a bandeira vermelha, não se permitindo o banho por conta da contaminação.

Então, esse projeto, como disse, está muito aquém, mas já é um passo à frente para fazer frente a tantas obras que o estado precisa. Precisamos de rodovias, de melhorias na segurança pública, de mais serviços públicos, mas não podemos esquecer que, dentre todos esses serviços e obras, uma das prioridades é o investimento em saneamento básico.

Não podemos falar de meio ambiente saudável, se não tivermos saneamento básico a contento. A qualidade de vida é algo muito mais amplo do que apenas o esgotamento sanitário. Qualidade de vida é ter poder aquisitivo, transporte coletivo adequado, condições de moradia com dignidade. É também ter um bom sistema de saúde, de educação, não apenas no sentido de quantidade, mas de qualidade. Porém, complementando e não estando por último, o saneamento básico faz parte desse conjunto de ações que o estado precisa fazer para dar uma vida com dignidade e qualidade, que é o que desejamos.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Quero somente comunicar a todos que amanhã à tarde o governador do estado, Raimundo Colombo, a pedido de v.exa., juntamente com a nossa participação com ele na audiência há pouco tempo, estará em São Bento do Sul e em Rio Negrinho lançando o edital da recuperação da rodovia dos Móveis na sua terra, São Bento do Sul, e da pavimentação da SC-422.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito bem lembrado, colega deputado Darci de Matos. Na verdade, estaremos, no período da manhã, em São Bento do Sul, ao meio-dia em Rio Negrinho e à tarde em Mafra. É uma reivindicação de longa data de toda a comunidade do planalto norte, ao longo dos últimos cinco anos, agora intensificada por mim, por v.exa. e pelo deputado Antônio Aguiar. Então, amanhã estaremos lá de fato, evento para o qual todos estão convidados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Silvio Dreveck.

O próximo horário é do PCdoB. Com a palavra a deputada Angela Albino, por cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, utilizo o meu tempo para convidar todos e todas para participar da sessão solene que será realizada hoje, às 19h, em comemoração aos 90 anos do PCdoB. É um momento muito importante para nós. Então, como no domingo o nosso partido fará 90 anos, a Assembleia Legislativa fará uma sessão solene para homenageá-lo.

Neste sentido, srs. deputados, farei a leitura de um pequeno trecho sobre o tema.

(Passa a ler.)

"Em 25 de março de 1922, em Niterói, nove delegados, representando 70 militantes espalhados por oito núcleos de Porto Alegre a Recife, fundaram o Partido Comunista do Brasil. Hoje o PCdoB completa 90 anos. É um feito não somente dos comunistas, mas da nação e dos trabalhadores brasileiros, que merece um exame mais atento.

É a primeira vez que um partido político brasileiro chega aos 90 anos. Em outros países, inclusive da América Latina, há não poucos partidos mais do que centenários. Aqui, as vicissitudes da luta política impediram essa permanência. Sucessivas gerações de partidos tentaram se afirmar, porém, terminaram varridas por golpes, ditaduras e medidas de coação. Apenas um deles se manteve. E a que preço!

Das nove décadas do PCdoB, seis foram na ilegalidade. As ditaduras que o país viveu centraram seu ataque contra a nova concepção programática. O atual programa socialista do PCdoB dá um passo à frente: propõe um rumo e um caminho. O socialismo é o rumo. O fortalecimento da nação brasileira é o caminho.

O socialismo proposto é renovado, não copia modelos, leva em conta os avanços das experiências socialistas modernas e as particularidades nacionais. Tem uma feição brasileira.

O fortalecimento da nação concretiza-se em um novo plano nacional de desenvolvimento, com quatro fundamentos: a luta pela soberania e defesa da nação, a democratização da sociedade, o progresso social e a integração solidária da América Latina. O programa faz um amplo conjunto de propostas capazes de nortear esse projeto. Esse caminho pode levar a uma democracia popular, com hegemonia dos trabalhadores e da maioria da nação e, portanto, criar condições por uma fase de transição ao socialismo. Representará um novo salto civilizacional, o terceiro na acidentada, mas vitoriosa, história do Brasil.

É armado desse programa e do novo projeto nacional de desenvolvimento que o PCdoB faz essa conchamação, convicto de que o aumento da sua representatividade política contribuirá para o avanço das conquistas do povo, participará em plenitude nas eleições de outubro próximo, inclusive disputando prefeituras em várias capitais e em outras cidades importantes. O partido abre suas portas e acolhe para suas fileiras militantes todos os brasileiros e brasileiras que buscam ter uma atividade política organizada e transformadora.

Grande é a vitória do Partido Comunista do Brasil em chegar aos 90 anos de existência. Maior ainda é a alegria do PCdoB por chegar aos 90 anos ativo, revitalizado e confiante. Altivo por nunca ter tergiversado na defesa dos trabalhadores e do Brasil. Revitalizado por nunca ter contado com tanta gente em suas fileiras para enfrentar as tarefas do futuro. E confiante por estar no caminho do fortalecimento da nação e no rumo do socialismo."

Por isso quando antecipamos, hoje, a celebração do próximo domingo dos 90 anos do nosso partido, saudamos todos que heroicamente serraram fileiras no partido, abraçaram os ideais da luta dos trabalhadores e trabalhadoras, da luta das minorias, da luta dos grandes temas da nação e agora muito particularmente da luta pelo desenvolvimento da soberania do nosso país.

É o PCdoB o partido que teve um papel relevante assim como várias outras agremiações partidárias de redemocratizar o nosso país e garantir que pudéssemos hoje expressar livremente o pensamento e suas convicções políticas.

Nesses 90 anos, portanto, a alegria é nossa, militantes do PCdoB, mas principalmente de quem construiu a história deste país, que são todos os seus trabalhadores e suas trabalhadoras. O PCdoB quer ser sempre uma ferramenta de transformação a partir dessa luta, dessa causa que é a luta de toda a nação brasileira.

Muito obrigada.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, assomo à tribuna para destacar um projeto de lei de minha autoria, que passará a tramitar nesta Casa a partir do dia 19, segunda-feira, dia de São José, Dia do Artesão, dia do artesanato.

Esse projeto de lei visa promover a valorização do artesanato em Santa Catarina. Na verdade, o presidente dos artesãos do estado de Santa Catarina, sr. Waldir Franke, a quem cumprimento desta tribuna, destaca, através dessa lei, que o artesanato em Santa Catarina movimentava mais de R\$ 15 milhões por ano.

Há mais de dez mil pessoas associadas ao Sindicato dos Artesãos de Santa Catarina e há, aproximadamente, mais outras dez mil que não estão associadas. Imagino que com essa lei, a lei que pretende promover e valorizar a profissão de artesão, seguramente mais pessoas se filiarão a esse sindicato, à sua associação e com isso promoverão a lei, que é uma oportunidade para expressar a cultura local, a cultura regional, possibilitando também a ocupação e o trabalho remunerado, a renda a milhares de famílias catarinenses que dependem desse trabalho.

Desta forma, cumprimento, inicialmente, o sr. Waldir Franke, que juntamente com outras lideranças ligadas ao artesanato me assessoraram também para aqui apresentar um projeto de lei que venha de fato a ser coerente com as suas intenções.

Gostaria de destacar o seguinte:

(Passa a ler.)

"Artesanato: conjunto de objetos utilizados para o cotidiano, resultante da transformação da matéria-prima com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas previamente conceituadas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural, com ou sem expectativa econômica, podendo no processo ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios para executar a tarefa de determinado objeto."

Em segundo lugar, quero destacar que existem vários tipos de artesanato. Destacamos o artesanato indígena, que compreende objetos elaborados por comunidades indígenas, por seus membros, que identifica o valor de uso, a relação social e cultural com a comunidade; o artesanato

chamado tradicional, que expressa as origens dos italianos, dos alemães, dos ucranianos; o artesanato típico regional ético, que expressa a região, que expressa o meio ambiente das diversas regiões de Santa Catarina; e, por último, o chamado artesanato contemporâneo, que compreende a habilidade manual que incorpora elementos de diversas culturas urbanas ou pela inovação tecnológica através do uso de novos materiais

Em terceiro lugar, quero ainda destacar a valorização do artesanato. Como Santa Catarina é um estado que tem aproximadamente 25 mil artesãos, uma forma de geração de renda para as famílias, estamos colocando na lei que para os eventos culturais que contam com o apoio de recursos públicos é necessário que haja um espaço reservado para o artesanato local, para que possa fazer a sua exposição, bem como a comercialização.

A grande questão do artesanato é justamente garantir a esses artesãos uma forma de renda, pois a dificuldade deles é justamente a oportunidade de comercialização. E a grande oportunidade está exatamente nesses eventos que são muitas vezes promovidos pelo próprio governo.

Os srs. deputados, as sras. deputadas são testemunhas disso, ou seja, que praticamente em cada cidade de Santa Catarina existem 15, 20 eventos por ano que têm alguma forma de financiamento ou de apoio, seja do governo municipal, do governo estadual ou do governo federal.

O que queremos é que para essas pessoas que realizam esses eventos que recebem apoio através de recursos do município, do estado, da união, ou seja, através de recursos públicos, possa ser reservado um espaço para fazerem a sua exposição e naturalmente a sua comercialização.

Por isso peço ao sr. presidente que seja feita a tramitação do Projeto de Lei n. 0105/2012, com o apoio desta Casa e dos deputados para a sua efetiva aprovação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Carlos Chiodini, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, srs. deputados, volto à tribuna desta Casa para falar um assunto que considero muito pertinente, que já foi tema de debate na Assembleia Legislativa através da comissão de Educação, Cultura e Desporto, que é o ensino a distância, assim como algumas situações de constrangimento sofridas por alunos de cursos de graduação em Serviço Social, em função de atos infralegais do Conselho Federal de Serviço Social, que reduzem a oferta de estágio e a formação de novos profissionais pela educação a distância, em confronto com a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, conforme apontou a Associação Brasileira de Educação a Distância. Aliás, esse fato foi motivo de audiência pública, na data de oito de novembro de 2011, realizada pela comissão de Educação, Cultura e Desporto, tendo como proponente a deputada Dirce Heiderscheidt, que inclusive é aluna de educação a distância no curso de Serviço Social da Unisul, debatendo a situação dos alunos nesse curso de graduação, obviamente.

O Ministério Público Federal, para nossa satisfação, após abertura de inquérito civil, considerou que incube apenas ao Ministério da Educação credenciar, descredenciar, fiscalizar os cursos superiores na modalidade de ensino a distância. Considerou também a existência da Lei n. 11.788, de 2008, que especifica sobre o estágio de estudantes, e a Lei n. 8.662, de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e sua respectiva competência privativa para treinamento, avaliação, supervisão direta de estágio em Serviço Social.

Assim sendo, o Ministério Público Federal e o Conselho Regional de Serviço Social firmaram, na data de 13 de fevereiro de 2012, o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta n. 2/2012, em que o Conselho Regional de Serviço Social da 12ª região compromete-se a tratar com absoluta igualdade os estudantes de Serviço Social, independentemente de serem oriundos de cursos da modalidade presencial ou a distância e que a oferta e a supervisão de estágio em Serviço Social dependerá apenas do preenchimento das condições já previstas na legislação em vigor.

Com esse entendimento e evolução do assunto, encerra-se uma situação que não pode ser admitida em nenhum setor da educação, principalmente na graduação e no setor de estágio, que é uma parte integrante do processo de graduação nesse caso específico.

O censo do ensino superior e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, o Enade, mostram que a educação a distância é o principal fenômeno de expansão e inclusão social com qualidade no ensino universitário. É o segmento com maior crescimento ao longo da última década, chegando já em 2009 com mais de 800 mil matriculados.

O perfil dos alunos da educação a distância se concentra nas classes C e D e todos são beneficiados com mensalidades mais baixas, com descontos que chegam até 75% em relação ao ensino presencial, pelo fato de poder estudar com flexibilidade de horário e local, sem prejudicar os compromissos profissionais e familiares.

Na verdade, srs. deputados, o aluno a distância é um trabalhador que conseguiu voltar a estudar, por isso deve receber, sem dúvida alguma, o nosso apoio e respeito.

Os resultados do Enade apontam que os alunos a distância têm desempenho até mesmo superior ao de estudantes do ensino presencial.

Um estudo já feito pelo Inep mostrou que a nota média dos alunos a distância dos cursos de Administração, Pedagogia, Matemática e Serviço Social, que é o caso que estávamos debatendo, foi de 6,70 pontos em relação aos colegas dos mesmos cursos no ensino tradicional.

O estado de Santa Catarina, em especial, é uma referência nacional em pioneirismo e qualidade na educação a distância. Desde 1995 a nossa UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina -, atua através do Laboratório de Ensino a Distância, já é precursora desse tema. A Unisul, com o *campus* UnisulVirtual, é líder nacional em educação *on-line*. O Centro Universitário Leonardo da Vinci, a Uniasselvi, popularmente conhecida no vale do Itajaí e com atuação, nesse caso, em todo o estado e até no Brasil, é líder em educação a distância baseada na oferta através de polos presenciais. E ainda podemos citar, com destaque, outras entidades

que também atuam nessa modalidade, como a Furb, a Univali, a UNC, o Senai e o Senac.

Atualmente, o estado de Santa Catarina conta com mais de 40 mil alunos matriculados no ensino a distância, aumentando para aproximadamente 100 mil, se contarmos também os matriculados nos cursos de pós-graduação, na modalidade a distância.

Dessa forma, srs. deputados, é com muita satisfação que falo sobre o assunto educação a distância no Brasil, no estado de Santa Catarina, a sua evolução, a sua difusão social e a importância cada vez mais visível e reconhecida.

Ainda neste mês vamos protocolar um pedido de criação de uma frente parlamentar, trazendo autoridades e também pessoas ligadas diretamente ao assunto da educação a distância. Acreditamos que será uma discussão muito importante no crescimento de oportunidades e evolução da graduação superior."

Esse é o tema exclusivo deste pronunciamento. Gostaria de deixar bem claro, deputada Dirce Heiderscheidt, que aquela sua proposição, e que efetuamos o mais breve possível, vai dar frutos ainda mais consistentes. Vamos levar esse debate a todos os deputados, a todos os catarinenses e a toda a sociedade. E também procuraremos ampliar esse ensino como modalidade, e os números provam o aumento do acesso das pessoas mais necessitadas, mais simples, à educação superior.

Gostaria também, mudando o tema, de encerrar este pronunciamento - e vou dividir o horário com o deputado Manoel Mota - desejando sucesso à empresária Monika Hufenüssler Conrads, que amanhã, quinta-feira, dia 22 de março, assumirá a presidência da Associação Empresarial de Jaraguá do Sul. Ela traz à entidade a competência da mulher - e, inclusive, deputada Dirce Heiderscheidt, no mês da mulher -, com o seu dinamismo já comprovado em outras oportunidades.

Também quero parabenizar o presidente até então, Durval Marcatto Júnior, pela contínua luta em todos os assuntos que eram, e que são, do interesse de Jaraguá do Sul, de todo vale do Itapocu e do norte catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o deputado Manoel Mota, ainda dentro do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes que nos prestigiam com a sua presença no Parlamento catarinense, com certeza com bons propósitos, e gostaríamos de nos colocar inteiramente à disposição.

Quero cumprimentar o governador e agradecer pela sua decisão. O governador do estado tinha decidido que os CTGs e o MTG de Santa Catarina não teriam mais recursos este ano. Hoje, o MTG tem a sua sede em Lages. Sabemos perfeitamente da ligação dos rodeios com o próprio governador. Santa Catarina dá um exemplo de laçador para ao Brasil inteiro. Disputamos 15 vezes a Copa Brasil de Laço e Santa Catarina foi campeã 13 vezes.

Então, se ele não ia mais proporcionar ajuda aos CTGs, realmente ele tinha que repensar. E o governador repensou e, hoje, os CTGs podem ter recursos.

Mas é importante traçarmos um valor, e que não seja muito, mas que também não seja muito pouco e ajude os CTGs de Santa Catarina que têm dado, na minha concepção, uma demonstração do que é cultura e solidariedade. Quando chegamos ao CTG, vemos 10, 12 ou 15 mil pessoas, mas não vemos um policial, porque não é preciso. Lá encontramos solidariedade e não vemos brigas. Lá há, sim, integração, e isso é importante.

Hoje, o maior CTG de Santa Catarina é o de Joinville, e, com certeza, eu também me orgulho dele. A sede do MTG de Santa Catarina é em Lages.

Então, temos que cumprimentar o governador por essa decisão e dizer que ele ainda está pensando nas pessoas em primeiro lugar, porque pensar na cultura é pensar nas pessoas.

Por isso, quero agradecer ao governador e colocar-me à disposição para ajudar um pouquinho.

Eu e o deputado José Milton Scheffer ajudamos a organizar o Rodeio Internacional e trouxemos argentinos, uruguaios, paraguaios. Houve despesas, inclusive de estadia, e acabamos ficando nos 48 minutos do segundo tempo e não deu para passar. Mas não foi culpa do governador. O que aconteceu foi que não pegaram a assinatura dele, mas ele liberou.

Então, acho que temos que reconhecer aquele que tinha um compromisso: as pessoas em primeiro lugar. E ele continua com as pessoas em primeiro lugar.

Por isso, eu não poderia deixar de registrar esse fato e de reconhecer a grandeza de podermos ajudar a principal cultura de Santa Catarina e do Brasil, que são os CTGs de todo o país, e sendo muito mais forte aqui em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Com muita honra, ouço v.exa., que também tem ligação e, mesmo sendo delegado, também sabe laçar.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa. pela abordagem, deputado Manoel Mota, e dizer que no domingo, quando estava participando da abertura do rodeio, em Campo Erê, os tradicionalistas abordaram esse assunto.

Sabemos que o tradicionalismo é a família, o idoso, o respeito à criança e ao jovem. E é também um esporte diferente porque congrega toda a família, desde o filho, o neto e o avô.

O pedido era esse, e sabemos que investir na cultura, no tradicionalismo e na família é importante para o nosso estado.

Então, foi um pedido do MTG, e a 12ª e a 13ª Regiões estavam lá reunidas. Nós vivemos nesse meio, mas seria bom que toda a sociedade também convivisse para ver o exemplo que eles dão.

Na abertura dos rodeios, quando vou discursar, deputado José Milton Scheffer, eu adapto uma poesia intitulada *O Policial*:

"Tem gente que ainda não sabe

O que o rodeio significa,

Às vezes por maldade o crítica,

Sem conhecer a verdade,  
E nesta oportunidade,  
parafrazeando os doutores,  
O rodeio, meus senhores,  
É um exemplo para a sociedade.”

Então, sempre faço essa declamação e eu me sinto muito feliz quando, todos os domingos, vejo aquela convivência de família, de respeito, tendo a Vaca Parada com as crianças envolvidas.

Parabéns pela abordagem, deputado Manoel Mota, pois investir no tradicionalismo é investir na cultura, é tirar os jovens das drogas e da criminalidade, com vistas a uma sociedade mais saudável.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço a v.exa., deputado Maurício Eskudlark, ao tempo em que agradeço ao governador, pois fiz um apelo que foi atendido e os CTGs passarão a receber pelo menos alguma coisa para ajudar no processo de preservação da cultura catarinense, já que por 13 vezes o estado é campeão de laço.

A minha região, deputado Moacir Sopelsa, tem vários CTGs, tem grandes CTGs, inclusive, no último domingo foi realizado um rodeio internacional e com essa atitude o governador tirou um peso das nossas costas, porque os tradicionalistas poderão ser ajudados e as prendas, os peões e os patrões poderão continuar aperfeiçoando-se para que o nosso estado continue a ser campeão de laço.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, o deputado Manoel Mota sempre merece um tempinho a mais porque é o nosso decano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Eu sabia que o deputado Manoel Mota era caminhoneiro, mas campeão de laço não sabia!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar, com satisfação, a presença, neste plenário, da vereadora Nilza, de Itapema, que foi candidata a prefeita, e do jornalista Lúcio Mauro, diretor da Rádio Clube de Joinville.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos, está feito o seu registro.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos são reservados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados e deputadas, público que nos acompanha através da TVAL e da Rádio Alecs Digital, catarinenses que presenciam está sessão, prezada vereadora Nilza e prezado jornalista Lúcio Mauro, de Joinville.

Quero abordar, sr. presidente, um assunto que tem sido tema de muitos pronunciamentos. Em janeiro deu entrada na Casa a PEC n. 0001, que dá aos prefeitos a possibilidade de

firmar convênio com os bombeiros voluntários, visando à fiscalização de obras.

Este é o quinto ano que estou nesta Casa e pelo menos uma vez por ano esse assunto é levantado neste plenário, criando-se sempre aquele jogo do a favor e do contra, ou seja, os deputados favoráveis aos bombeiros militares seriam contra os bombeiros voluntários e vice-versa.

Assim, imagino que essa PEC pode minimizar os problemas, mas quando vi que a comissão de Constituição e Justiça começou a discutir o projeto e posicionou-se pela sua inconstitucionalidade, fiz um requerimento no sentido de que na comissão de Segurança fosse analisado o mérito, pois na minha visão, deputado José Nei Ascari, a CCJ tem discutido também o mérito e não apenas a legalidade da matéria. Isso é um problema! Temos que ser muito frios em relação a isto: a CCJ tem que discutir a constitucionalidade da PEC e o mérito deve ser discutido na comissão de Segurança. E pedi, na reunião realizada na semana passada, que os representantes dos bombeiros militares e voluntários, que a secretaria da Segurança Pública, que a Fecam e os demais órgãos envolvidos viessem com o espírito desarmado, deputado Maurício Eskudlark, para que pudéssemos, juntos, encontrar uma saída.

Pois bem! Justamente naquela reunião a promotora de Justiça, dra. Walquíria Danielski, abriu a sua fala dizendo que o problema não é o art. 111 da Constituição Estadual que a PEC deseja mudar. E que temos que mudar o art. 108, que diz que é questão do bombeiro militar fazer as fiscalizações preventivas de incêndio. Se, portanto, é papel do bombeiro militar, então é segurança pública! E, portanto, se é segurança pública, nós não podemos cobrar a taxa e tem que ser por imposto. E por isso as Adins de todos os fundos municipais, quando se cobra a taxa feita até pelo bombeiro militar.

Isso me trouxe uma clareza muito grande, entendendo que o assunto é muito complicado para querer resolver somente nessa PEC. É tributário! O buraco é mais embaixo, e temos que tratar do assunto!

Deputada Dirce Heiderscheidt, para tentar resolver o problema de uma vez por todas não basta jogar a bola para cima, porque a PEC, na minha opinião, deputado Moacir Sopelsa, é o saque jogada nas estrelas. Você pega a bola, joga para cima, e uma hora ela vai cair. A PEC é isso! Ela é autorizativa e não resolve o problema! As Adins vão continuar acontecendo e a discussão vai continuar acontecendo. E a responsabilidade é de quem? Não resolve o problema!

Nós, na semana passada, tivemos a ideia de, nessa reunião de hoje da comissão de Segurança Pública, construir algo que pudesse resolver a questão. Eu quero aqui, de público - e sei que os deputados Darci de Matos e Maurício Eskudlark, que participaram da reunião, hoje, também vão fazer o mesmo -, parabenizar o Ministério Público, que veio com uma construção favorável para resolver o problema, e eu a passarei rapidamente aqui.

Na verdade, deputado José Milton Scheffer, a ideia é tirar do art. 108 que é papel do bombeiro militar fazer a aprovação do anteprojeto de incêndio. A fiscalização tem que ser feita pelo bombeiro a qualquer momento. Não é porque agora deu o habite-se da Assembleia Legislativa que daqui a dez anos não vai poder ser feita uma fiscalização novamente. O poder de polícia deve ser feito a qualquer momento por um ente concursado, que tenha fé pública de ente concursado.

Mas precisamos mudar, e parece que essa mudança cai como uma luva: resolve o problema dos militares, resolve o problema dos comunitários e resolve o problema dos voluntários. Ou seja, a legislação mudada... E para não esbarrar na Constituição Federal, vamos mudar a Constituição Estadual e fazer uma infraconstitucional, ou seja, regulamentar algumas ações do Corpo de Bombeiros para que possamos resolver de uma vez esse assunto, e para que não precise mais todos os anos, quando se levanta esse assunto, vir aqui o bombeiro militar, o bombeiro comunitário e o bombeiro voluntário para disputar e ver quem é a favor de quem.

Volto a dizer que o cidadão, quando é atendido pelo bombeiro, não pergunta se é comunitário, voluntário ou militar. Ele quer ser atendido. E não é o atendimento que estamos discutindo aqui. O que estamos discutindo é a questão do dinheiro arrecadado pelas vistorias! É este o problema! E se esse é o problema, já que no atendimento de prestação de socorro não existe problema algum, temos que fazer o quê? Tratar de forma tributária para legalizar todas essas questões.

Então, mais uma vez, quero parabenizar o Corpo de Bombeiros Militar, o Corpo de Bombeiros Voluntário e o Corpo de Bombeiros Comunitário.

Gostaria de fazer o registro de que por duas vezes convidamos a Fecam para participar da reunião, mas ela não veio, deputado José Milton Scheffer. É uma pena! A Fecam - Federação Catarinense dos Municípios - não compareceu nas duas vezes em que foi convidada. E os municípios é que são os mais interessados! Nós queríamos ouvir a Fecam, mas ela não apareceu com algum representante.

Mas resolvemos que o Ministério Público vai mandar para o bombeiro militar, o bombeiro voluntário, o bombeiro comunitário, a Fecam e a OAB a proposta de mudança da legislação.

Daqui a 15 dias o Ministério Público mandará para o bombeiro militar, para o voluntário, para o comunitário, para a Fecam e OAB a proposta de mudança da legislação. Ou seja, na quarta-feira que vem eles vão trazer as suas contrapropostas daquilo que foi mandado pelo Ministério Público e construiremos aqui uma legislação, deputado Sargento Amauri Soares, que seja boa para todos e para que esta Casa possa fazer um papel importantíssimo como sempre faz, mas desta vez resolvendo o cerne da questão, que não é jogar a bola para cima. Temos é que resolver o problema.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não, meu líder!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Kennedy Nunes, quero parabenizá-lo pela convocação e proposição da realização da audiência pública na comissão de Segurança Pública, sendo a segunda audiência que realizamos e que foi, sem dúvida, muito proveitosa, porque a promotora dra. Walquíria Danielski apresentou e mandará oficialmente para esta Casa, e para todos os atores envolvidos na questão dos bombeiros de Santa Catarina, o esboço de uma legislação que dá condições para mantermos o que já está consolidado, deputado Romildo Titon. Ou seja, nos municípios onde há somente o bombeiro militar, ele faz a fiscalização e a análise prévia dos projetos; nos municípios onde há os

voluntários, eles fazem a análise prévia, e a fiscalização cabe, obviamente, aos bombeiros militares de eventos e das edificações. Portanto, essa proposição da dra. Walquíria Danielski agradou de um lado o deputado Sargento Amauri Soares e o deputado Maurício Eskudlark e a nós, v.exa. e os deputados do outro lado.

Tenho certeza de que vamos amadurecer essa discussão para chegar a um consenso que possa manter, deputado Kennedy Nunes, o excepcional trabalho que, por exemplo, os militares fazem em Blumenau. E vamos por outro lado manter o excepcional trabalho que os bombeiros voluntários fazem na cidade de Joinville há 120 anos.

Portanto, encerro dizendo que a briga, a divergência talvez seja um pouco por causa de recursos, mas diria que os bombeiros têm uma missão a ser cumprida, que é salvar vidas. Então, a divergência é pelo poder de polícia, mas nada melhor do que esta Casa para debater à exaustão e chegarmos a um consenso para que possamos manter os bombeiros comunitários, os voluntários e os militares salvando vidas do povo catariense.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado Darci de Matos!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Concedo um aparte ao deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Eu quero parabenizar v.exa., porque é dentro das tratativas e da discussão que surge a solução. E o Ministério Público, a dra. Walquíria Danielski, que conheço e que atuou como promotora em São Miguel D'Oeste, quando eu trabalhava lá como delegado de Polícia, pelo zelo, não apenas contestando as ações e vendo as irregularidades, mas especialmente querendo participar ativamente numa proposta de solução, então, o Ministério Público, além de colocar o seu posicionamento ante as ações que já foram impetradas no estado de Santa Catarina, fez um estudo aprofundado tanto da Constituição quanto da legislação infraconstitucional e apresentou uma solução.

Eu vejo que agora, efetivamente, tudo se encaminha para que tenhamos esse assunto devidamente regulamentado, legalizado, perante a Constituição e perante a legislação infraconstitucional. Assim, acho que foi a melhor solução a ser encontrada.

Também, aproveito este momento para saudar a vereadora Nilza Nilda Simas Ribeiro. Não a saudei antes porque estavam falando em tradicionalismo, mas sei que ela está aqui pela questão de segurança, isto é, buscando a efetiva implementação das câmeras de segurança no município de Itapema. E como sabia que iríamos tratar desse assunto, deixei para este momento também essa saudação, mas o seu encaminhamento em muito contribuiu. Acredito que chegaremos a uma solução sobre esse assunto que será, principalmente, de contento da população do estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes!

Quero cumprimentá-lo por suas iniciativas desde a proposição daquilo que podemos chamar de audiência pública que houve na semana passada e que deliberou pela reunião realizada na manhã de hoje. E como falei na comissão de Segurança Pública hoje pela manhã, estava bastante cético com relação à possibilidade de uma convergência nesse debate, mas, possivelmente, poderemos caminhar nessa direção.

Aguardaremos até segunda-feira para que a promotora Walquíria Danielski, do Ministério Público, encaminhe por escrito a proposta, os apontamentos, e a partir disso teremos as avaliações de todas as entidades e a nossa avaliação, para que no dia 04 de abril, daqui a 15 dias como v.exa. falou, possamos, quiçá, chegar perto de um entendimento, de um texto constitucional, e a partir disso à legislação infraconstitucional.

Cumprimento os bombeiros voluntários que estão nesta Casa, nessa angústia, porque enquanto a PEC n. 0001 estiver com esse texto tramitando, em nossa avaliação, um fantasma ronda este Poder Legislativo. Quanto mais rápido conseguirmos superar esse problema será melhor para todos e para a sociedade catariense.

Muito obrigado e parabéns pelas iniciativas acertadas nesse sentido.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado. Peço vênua ao deputado Romildo Titon, presidente da comissão de Constituição e Justiça, e sei que o presidente da comissão de Segurança Pública, deputado Gilmar Knaesel, vai fazer o mesmo, para que dê uma segurada na PEC, na questão da votação, enquanto esse caminho for construído.

Avançamos bastante. O caminho é outro. Agora recebemos o GPS legislativo alertando outro caminho. Essa PEC está promovendo essa construção para que possamos, desarmados, resolver legislativamente, juntamente com o Ministério Público, que é o guardião da lei, essa situação. Então, peço, de coração, deputado Romildo Titon, que v.exa. segure lá o projeto pelos menos até que possamos construir.

No dia 04 de abril teremos a próxima reunião, e tenho certeza de que vamos construir um caminho alternativo que será bom para todos os lados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, com a autorização do deputado Elizeu Mattos, líder do governo, quero convidar os deputados que estão em seus gabinetes para que compareçam ao plenário porque, conforme está no jornal, teremos a votação de um projeto de fundamental importância para a estatal Celesc e para Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos, fica feito seu registro.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, o adicional de permanência para a Segurança Pública é muito importante e será deliberado na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Este projeto também está na pauta.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, a bancada do PMDB está mobilizada, praticamente toda, e aguardando a votação do projeto de grande importância para a Celesc. Solicito às bancadas que compõem a base do governo que compareçam ao plenário para que possamos, o mais rápido possível, resolver essa questão.

Muito obrigado, sr. presidente, e muito obrigado aos deputados do PMDB, sem exceção, que atenderam ao nosso pleito de comparecer a este plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider, líder da bancada do PMDB.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Gostaria de registrar a presença neste plenário do sr. Lucio Mauro Neder, meu afilhado, que é diretor-geral da Rádio Clube de Joinville.

Seja bem-vindo!

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado e presidente Moacir Sopelsa.

Vejo que a necessidade do voto pelo projeto não é bom apenas para a Celesc, é bom para Santa Catarina. Mas neste espaço destinado aos Partidos Políticos, ao PT, o nosso partido, deputados Padre Pedro Baldissera, Neodi Saretta, Dirceu Dresch e deputada Ana Paula Lima, quero aqui fazer uma reverência à ministra Ideli Salvatti.

Nós estamos acompanhando na imprensa nacional que a ministra Ideli Salvatti continua sendo uma das figuras mais leais ao nosso governo, assim como foi ao presidente Lula nos seus momentos difíceis em que muitos senadores e deputados fugiam do plenário para não tomar posição. E a senadora Ideli Salvatti, de forma honrada, com galhardia, votava em nome do projeto nacional, encampado pelo nosso presidente Lula. E agora a ministra está cumprindo sua missão, demonstrando sua lealdade ao governo, discutindo com os partidos sem se dobrar ao fisiologismo.

O governo da presidente Dilma Rousseff, que possui 72% de aprovação, tem na base de sustentação do governo, como vice-presidente da República, Michel Temer, do PMDB. Nós vemos, deputado Neodi Saretta, que não podemos nos dobrar ao fisiologismo do Congresso, mesmo que muitas vezes isso venha a doer na carne, porque não dá mais para viver num país como o nosso com uma consolidação democrática espartilhando o estado em nome de interesses partidários.

Como membro do Partido dos Trabalhadores, deputado Elizeu Mattos, muitas

vezes vemos a tristeza, o cansaço da nossa ministra, mas no entanto, deputado Neodi Saretta, ela não deixa de ter um grande senso de diplomacia, maior do que pude ver em toda minha história de convivência com a senadora, como ela está tendo no momento, com maturidade de estado, com interpretação daquilo que o cidadão brasileiro quer de um governo que o represente.

Por isso, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, gostaria de expressar a nossa solidariedade à nossa grande ministra que de forma honrada representa o estado catarinense no governo da presidente Dilma.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Jailson Lima, gostaria de associar-me ao seu pronunciamento e, em primeiro lugar, dizer que a presidente Dilma faz um trabalho administrativo extraordinário e também político, criando uma nova cultura, uma relação política e não apenas, como em muitas ocasiões, a negociação do toma lá dá cá.

A alteração de líderes havidas no Congresso mostra essa disposição de renovação da presidente, e com certeza ela tem sido cercada também por pessoas importantes, que cumprem missões importantes, como, por exemplo, a ministra Ideli Salvatti, que tem feito um trabalho extraordinário de articulação política, de negociação e tem, inclusive, representado os interesses dos brasileiros, enfim, tem sido uma verdadeira embaixadora das grandes causas de Santa Catarina.

Por isso, creio que a presidente Dilma está no caminho certo e a ministra Ideli Salvatti, que tem sido um pilar de sustentação desse governo como foi também do governo do presidente Lula, faz o seu trabalho de forma coerente, forte. Tenho certeza de que a ministra é incansável e não serão quaisquer tentativas que vão quebrar essa confiança de levar adiante essas ações que estão sendo tomadas.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Gostaria de expressar o meu pensamento. Acho que a presença da ministra Ideli Salvatti no mesmo andar da presidente da República é muito importante para o estado de Santa Catarina.

É bom para nós, para o estado, estar no quarto andar, poder contar com a força que a ministra tem hoje para ajudar o nosso estado. E também, lógico, todas as ações tomadas pela ministra ela cumpre e faz bem feito. A missão dada a ela pela presidente Dilma, deputado Jailson Lima, está sendo cumprida, ninguém tem dúvidas disso. Chegaram a falar que a ministra cairia, mas acho que cai quem não cumpre a missão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Também gostaria de ser solidária à ministra Ideli Salvatti, que foi uma senadora combativa na defesa do governo em épocas de crise. Estava certa naquela época e está certa agora também.

Ela está cumprindo uma função importante e estratégica, no governo, na defesa do governo da presidenta Dilma, fazendo a interlocução com os parlamentares. E acredito que essa crise no Congresso já passou, está passando, pela boa atuação da nossa ministra catarinense, Ideli Salvatti.

Fica aqui a nossa solidariedade na defesa da nossa ministra que faz um papel fundamental também na defesa do nosso estado, junto à presidenta Dilma.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Deputado Jailson Lima, agradeço a deferência em me conceder esses minutos e gostaria apenas de tornar público que a bancada do PMDB ontem, durante o almoço da bancada, propôs uma moção, em nome de Assembleia Legislativa, endereçada à Presidência da República, exatamente para frisar a importância que a ministra Ideli Salvatti representa para os interesses do estado e da gente catarinense.

Então, quero fazer das suas palavras as nossas. Queremos, em nome da bancada do PMDB, fazer coro à permanência da deputada Ideli Salvatti no governo, até porque entendemos que o PMDB também é sócio do governo federal no que se refere à busca de soluções para a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Em nome da bancada defendemos essa moção e estamos encaminhando no dia de amanhã, em nome de toda Assembleia, uma proposição da nossa bancada, para que a ministra Ideli Salvatti continue fazendo um grande trabalho, como fez até então, na articulação política do governo. E eu gostaria, deputado Jailson Lima, apenas de ressaltar que praticamente todas as missões que foram incumbidas à ministra Ideli Salvatti, no que compete ao Congresso Nacional, foram aprovadas.

Então, essa é a comprovação de que Ideli Salvatti é uma grande ministra na área das inter-relações com os deputados e senadores.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Parabéns pelos seus pronunciamentos sempre pertinentes.

Neste momento a ministra Ideli Salvatti representa Santa Catarina e ela não vai cair, mas se cair, cairia também Santa Catarina, talvez para entrar outro ministro lá do norte ou nordeste.

A nossa bancada se posiciona de forma solidária à sua proposição, e fazemos votos de que a ministra Ideli Salvatti continue no governo, porque a presidente Dilma tem sido muito generosa, muito atenciosa com o nosso governador Raimundo Colombo, sobretudo com os pleitos de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Jailson Lima, em nome da bancada do PSDB, gostaria de dizer que acompanho há muito tempo a trajetória da ministra Ideli Salvatti e defino s.exa. com apenas uma palavra: guerreira.

Com certeza ela merece todo o nosso respeito, todo o nosso apoio, porque na verdade, se acontecer algo institucionalmente com a ministra Ideli Salvatti, com certeza acontecerá também com Santa Catarina. Precisamos de alguém do seu porte, do seu tamanho, para ajudar Santa Catarina, como tem ajudado também a presidente Dilma Rousseff.

Então, a ministra Ideli Salvatti tem o nosso apoio, a nossa solidariedade, e vamos torcer para que ela possa ficar firme e forte como sempre foi.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Jailson Lima, com a permissão do meu líder, deputado Silvio Dreveck, gostaria de me pronunciar, até porque este deputado, o deputado Valmir Comin e o deputado Reno Caramori somos três dos cinco da bancada que convivemos com a combativa deputada Ideli Salvatti. Fomos parlamentares juntos, aprendemos a respeitar aquela deputada combatente, combativa, guerreira, a grande senadora que o estado teve, agora, ministra de Santa Catarina.

Também a nossa solidariedade em nome da nossa bancada e do nosso partido à ministra Ideli Salvatti.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Deputado Jailson Lima, v.exa. certamente quer concluir o pronunciamento, mas quero também prestar a solidariedade do PCdoB e reafirmar que a ministra hoje no centro da República é de fundamental importância para todo o estado de Santa Catarina. Merece o amparo e a manifestação explícita desta Assembleia Legislativa, para que continue nesse espaço significativo que agora detém.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero agradecer a generosidade do presidente Moacir Sopelsa, neste momento, e principalmente agradecer, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, toda essa posição solidária dos partidos, numa situação em que o país não pode mais se submeter a esses níveis de pressão.

Entendemos que o Brasil está no caminho certo, com o time certo e com a treinadora certa. Por isso, a saudação à nossa ministra Ideli Salvatti. Estamos juntos com v.exa., e esta Casa está empenhada, com a manifestação de todos os deputados, para que se mantenha firme como representante do estado de Santa Catarina na mudança de contexto deste Brasil e para que a presidente Dilma Rousseff continue conduzindo este país como o povo brasileiro deseja e assim a aprovou nas urnas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Passaremos à Ordem do Dia.

Consulto os srs. líderes, pois temos dois projetos importantíssimos para deliberar e sei que alguns deputados pretendem ir até a secretaria da Fazenda, se podemos inverter a Ordem do Dia e iniciarmos com o Projeto de

Decreto Legislativo n. 0001/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, e o Projeto de Lei Complementar n. 0002/2012, de origem governamental.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 0002/2012, de origem governamental, que altera o art. 79 da Lei Complementar n. 453, de 2009, o art. 71 da Lei n. 15.156, de 2010, e o art. 60 da Lei Complementar n. 472, de 2009, e adota outras providências (Grupos de Segurança Pública e Justiça e Cidadania).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Como há necessidade de quórum qualificado, abriremos o painel eletrônico para iniciarmos a votação nominal.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, este projeto é muito importante, pois faz justiça com os policiais civis, com os agentes penitenciários e com os servidores do Instituto Geral de Perícias, quando lhes possibilita o direito ao adicional de permanência que significa o período após o tempo mínimo para aposentadoria.

Depois dos 30 anos de serviço, o servidor militar, bombeiro ou policial, que permanece na ativa, trabalhando para a sociedade, agrega a cada ano mais 5% na sua remuneração. Os servidores civis da secretaria da Segurança Pública, policiais, agentes penitenciários e peritos não tinham esse direito. E este projeto institui esse benefício.

Ele é importante para que esses servidores permaneçam trabalhando, porque é um direito que historicamente outros da mesma área já têm. Portanto, é importante para o estado e para a sociedade catarinense.

Quero lembrar também, com relação ao IGP, de uma discussão no final do ano passado, no sentido de que existe um prejuízo na incorporação dos abonos. As autoridades da Polícia Civil e Militar, delegados e oficiais estão tendo a incorporação de R\$ 2.400,00, enquanto que na perícia apenas de R\$ 400,00 para o mesmo nível; na base do sistema de segurança, estão os policiais e os agentes e estão tendo R\$ 940,00 de incorporação; na base do Instituto Geral de Perícia, apenas R\$ 640,00. Então, eram diferenças de abonos, de gratificações do passado, e isso precisa também ser analisado pelo governo.

Parabenizo o governo e todos que lutaram pelo projeto de lei complementar que estamos votando neste momento, pois é meritório, merece o nosso aplauso.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero somente reconhecer o empenho do governador Raimundo Colombo e a justiça que se está fazendo aos servidores do sistema prisional da Polícia Civil e do IGP.

Temos a presença de Ricardo Moura, presidente do Sinposc, juntamente com outros peritos do IGP. E é uma justiça que se faz. Inclusive há a questão dos abonos, um pleito dos funcionários do IGP, pois enquanto a Polícia Militar já possuía esse benefício adicional de permanência, que é a motivação para que aqueles agentes que chegam aos 30 anos de serviço continuem na atividade, agora são premiados e reconhecidos, porque o pior do que não se conceder um direito é retirar um direito do servidor. Os servidores recebiam esse adicional e por uma falha legislativa acabaram perdendo.

Então, esse reconhecimento é muito importante e é bom para a Segurança Pública e bom para o estado de Santa Catarina.

Quero fazer um pedido ao sr. presidente: se pudéssemos votar em segundo turno já no dia de hoje, para que ficasse definitivamente resolvida essa questão.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo concordância dos srs. líderes, faremos a segunda votação ainda hoje.

(As lideranças aquiescem.)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, o projeto de adicional de permanência é de fundamental importância, mas não posso deixar de registrar a pendência que temos, este Parlamento, o nosso governo, com o IGP, aqui presente, no que diz respeito à corporação, com a secretaria da Administração e com a PGE.

É uma pendência, debatemos no ano passado, e falo aqui ao líder do governo para que possamos retomar, juntamente com o secretário da Fazenda e da Administração, a discussão da possibilidade de corrigirmos essa injustiça com essas três instituições.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, apenas para reiterar o nosso compromisso, o deputado Dado Cherem, o deputado Silvio Dreveck, o deputado Elizeu Mattos, enfim, em sete ou oito deputados assumimos, em nome das bancadas, com o IGP, em dezembro, quando foi feita a votação de todos aqueles projetos na área da segurança pública...

Venho aqui apenas para renovar, deputado Moacir Sopelsa, esse compromisso.

Nós assumimos a nossa palavra e continuamos comprometidos na busca da solução. Não foi feita a justiça ainda com os servidores do IGP, e este momento é de reiterar o nosso compromisso na construção daquilo que é devido aos servidores do IGP.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Consulto os srs. deputados se todos exerceram seu direito de voto.

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 28 votos "sim".

Está aprovado em primeiro turno.

Já consultamos os srs. líderes se podemos votar o projeto da Celesc e após votaremos em segundo turno o projeto da secretaria da Segurança Pública.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que autoriza os representantes do estado no Conselho Administrativo das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc a votarem na proposta de alteração do Estatuto Social contida no Ofício n. 0018/2012, da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, a nossa bancada apóia esse projeto. Sempre falamos que o nosso compromisso é contribuir com Santa Catarina, com as empresas públicas, neste caso a nossa importante empresa Celesc, para continuar sendo a empresa dos catarinenses.

Na verdade, temos aqui o apoio ao projeto. E o presidente veio para Casa no dia de ontem conversar com as bancadas, com os deputados. E os sindicalistas também contribuíram nessa construção. Agora não podemos deixar de registrar aqui duas questões. A primeira é sempre esse atropelo do projeto de não se conseguir estudar. Há uma tramitação no estatuto rápida, não tem jeito, mas poderíamos ter pelo menos um período um pouco maior para discutir o projeto.

Outro equívoco que foi na verdade cometido, na nossa avaliação, foi que no ano passado quando esta Casa aprovou e retirou dos objetivos sociais da empresa alguns artigos e que, agora, nós estamos restabelecendo. Então, a empresa precisa ter mais cuidado quando encaminha para esta Casa a mudança estatutária que pode criar motivo para acionistas quererem cobrar, como no caso dessa questão do acionista minoritário, em cima dessa mudança.

Nós apoiamos, vamos contribuir. E com certeza ajudar a corrigir essa mudança que teve no ano passado.

O Sr. Deputado Dado Chereim - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dado Chereim.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREIM - Quero, sr. presidente, fazer o registro da humildade e da transparência do homem público, porque, ontem, esteve aqui o presidente da Celesc, Antônio Gavazzoni, juntamente com o sindicato, trazendo de uma maneira muito transparente, muito honesta, a responsabilidade, neste momento, que a Celesc vive. Faça questão de fazer esse registro.

Com certeza, mais pessoas do governo deveriam espelhar-se na humildade, na transparência do presidente da Celesc, Antônio Gavazzoni.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, é claro que quando o assunto é o zelo com a Celesc nós todos somos solidários. E ontem o sindicato veio junto com o presidente. E eu considerei uma atitude muito interessante de ele vir conversar com todos os parlamentares. Mas não podemos tapar o sol

com a peneira. Qualquer um diz o óbvio: comeu bola. E isso é parte desses repetidos projetos que se propõe e ninguém pode discutir, porque se discutir, não dá para fazer, enfim.

Eu quero aproveitar para me reportar... Os deputados Silvio Dreveck, Darci de Matos, são parceiros de outro lapso do governo, que foi o da Udesc, que pedimos para corrigir e até hoje não foi corrigido.

Então, com relação a esses projetos que passam aqui, a maioria nem discute o projeto e aprova. E agora temos que voltar atrás numa lei tão recentemente aprovada.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, as observações dos deputados procedem, no meu entendimento, em parte.

Nós aprovamos a lei no ano passado e se erramos, humildemente, o presidente da Celesc veio, juntamente com o sindicato, a esta Casa fazer contato. E precisamos corrigir o erro, para o bem da empresa.

O fundamental, sr. presidente, é que o Antônio Gavazzoni, com sua equipe, está fazendo um trabalho altamente isento e profissional na gestão dessa empresa de capital aberto. Prova disso é a valorização das ações da Celesc, as inúmeras obras e ações efetivas da Celesc do estado de Santa Catarina. Por isso, eu tenho entendimento que vamos corrigir em tempo esse projeto que foi aprovado no ano passado, para que a empresa possa ter segurança, possa continuar dando atenção no que diz respeito à questão energética do nosso estado.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado, nobres colegas, é importante que neste momento façamos uma reflexão não apenas sobre o voto que estamos dando, mas também sobre o rolo compressor que muitas vezes citei nesta Casa, quando se aprova um conjunto de leis que às vezes não temos tempo de fazer o debate, a reflexão devida.

De qualquer maneira, parabeno o Antônio Gavazzoni, porque de forma muito humilde reconheceu que com objetivo de acertar houve um equívoco, e neste momento cabe-nos corrigir esse equívoco.

Então, é necessário que tenhamos essa compreensão. E também quero parabenizá-lo, porque quando ele me ligou estávamos a caminho do aeroporto e voltei para assinar o projeto como primeiro secretário - estávamos indo a Brasília. E ele humildemente nos disse que haviam cometido um equívoco - e todo homem público pode cometer equívoco - que não representou nem um erro econômico, nem um prejuízo econômico para a Celesc. Ele também esteve presente, deputado Padre Pedro Baldissera, na nossa bancada, como homem democrático, debatendo o que antes não víamos.

Então, isso representa maturidade das instituições. E também para que aqui

façamos mea culpa do voto que muitas vezes damos na correria sem discutir a essência e a possibilidade dos projetos. Mas está aí o "sim" do PT, entendendo que isso é o melhor para Santa Catarina.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Quero também registrar aqui tudo o que foi dito, somar-me a tudo que foi falado a respeito do PDL n. 0001, que autoriza o conselho de administração da Celesc a alterar novamente o estatuto. E fazer uma alteração de uma alteração que tínhamos feito no ano passado, ou seja, voltar ao que era o estatuto naqueles dois aspectos, que era o ano passado.

Até compreendo como normal, porque o nosso objetivo aqui também, assim como se frisou o trabalho do sindicato, do representante dos trabalhadores na Celesc, o trabalho da direção da empresa, o presidente Antônio Gavazzoni, é estar aqui a postos, sempre prontos para defender o interesse público, a empresa pública, contra qualquer tentativa de dar ou ocasionar prejuízo em nome de interesses privados, alheios, de longe, de outros lugares e que ninguém sabe às vezes direito para que vieram, o que querem aqui e porque agora eventualmente querem continuar apenas lucrando com a empresa pública, que é a Celesc. Estamos aqui a postos também, além de ter a obrigação, merecemos o reconhecimento da sociedade, para defender a Celesc como empresa pública.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Em votação nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREIM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADA DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA		DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	Está aprovado o PDL n. 0001/2012.
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim	DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim	Comunico que irei encerrar esta
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim	DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	sessão e convocar outra, extraordinária, para
DEPUTADO MOACIR SOPELSA		DEPUTADO VALMIR COMIN	sim	votarmos em segundo turno o PL n.
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim	0002/2012 e, em seguida, encerro a sessão
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim			para votarmos as redações finais e
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	Votaram 28 srs. deputados.		continuarmos a Ordem do Dia.
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim			Está encerrada a sessão.
DEPUTADO RENO CARAMORI		Está encerrada a votação.		
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	Temos 28 votos "sim" e nenhum		
		"não".		

## ATA DA 003ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2012 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h29, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Chereim - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declarou aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0002/2012, que altera o art. 79 da Lei Complementar n. 453, de 2009, o art. 71 da Lei n. 15.156, de 2010, e o art. 60 da Lei Complementar n. 472, de 2009, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.  
Em votação.  
Srs. deputados, a votação será nominal por processo eletrônico.  
Os deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os deputados que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREIM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	
	Consulto se todos os deputados
	exerceram o seu direito de voto.
	Está encerrada a votação.
	Colho o resultado.
	Votaram 27 srs. deputados.
	Temos 27 votos "sim".
	Está aprovado em segundo turno o
	Projeto de Lei Complementar n. 0002/2012.
	Esta Presidência antes de encerrar
	a sessão convoca outra, extraordinária, para
	às 16hs20min.
	Está encerrada a sessão.

## ATA DA 004ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2012 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h35, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Chereim - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson

Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

### SUMÁRIO

#### Ordem do Dia

**DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI** - Cumprimenta o secretário de Braço do Norte e o presidente da Feagro Vale/2012; registra a presença do secretário Gelson Padilha, de Braço do Norte, do empresário Charles Bianchini, do vereador Toninho e de Luiz Antônio Bressanini.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Cumprimenta toda a comissão organizadora da Feagro e o secretário de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte, Gelson Padilha.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Justifica sua ausência na próxima Feagro, em Braço do Norte.

**DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER** - Cumprimenta toda a comissão organizadora da Feagro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e

invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do projeto de Lei Complementar n. 0002/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0001/2012

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0041/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0098/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Quero falar a respeito do projeto anterior, sr. presidente, o da Casan.

Quero apenas mencionar que é importante para o município de Florianópolis obter mais acesso aos recursos para saneamento, mas já tentei isso, até com a presença do próprio secretário, no âmbito da comissão de Trabalho.

A nossa preocupação é que o governo tem mandado uma emenda que torna a Casan corresponsável por esse financiamento. Então, isso vai diminuindo a capacidade de endividamento futuro e, portanto, vai gargalando a Casan. Precisamos ter bastante cuidado com isso para não inviabilizar aquela empresa.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, apenas para alertar a Mesa, quero dizer que aquele valor da ementa está alterado. Não são mais R\$ 401 milhões. Agora são R\$ 404 milhões. Só para que a Mesa fique atenta, porque houve a emenda alterando o valor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Nós já aprovamos o projeto ontem com a emenda.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0074/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Esta Presidência consulta os srs. líderes se podemos fazer a votação da redação final dos próximos projetos de lei em bloco, sendo que todos são de utilidade pública.

(Pausa)

(As lideranças aquiescem.)

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s.: 0029/2012, de autoria do deputado

Sargento Amauri Soares; 0528/2011 e 0564/2011 de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0534/2011, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 0535/2011, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0565/2011, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0566/2011, de autoria do deputado Gelson Merisio; 0568/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0570/2011 e 0005/2012, de autoria do deputado Jorge Teixeira.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas por unanimidade.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0089/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0090/2012, de autoria do deputado Valmir Comin; 0091/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0092, 0093, 0094, 0095 e 0096/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0097/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal, conforme determina o art. 206, do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s.: 0224/2012, de autoria do deputado Pedro Baldissera; 0226, 0227, 0228/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0229 e 0230/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0231/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0232/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0233/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0235/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0236 e 0237/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário os seguintes requerimentos:

Requerimento n. 0223/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta, solicitando o envio de mensagem ao presidente da Casan, solicitando cópia dos documentos encaminhados pela Caixa Econômica Federal, referentes ao projeto de rede coletora e tratamento de esgoto do município de Concórdia, objeto de financiamento do PAC 2.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0234/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem aos ministros dos Transportes e da Casa Civil, solicitando recursos para construção de ponte sobre o Rio Itajaí-Açu, ligando os municípios de Navegantes e Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0005/2012, de autoria da bancada do PMDB, a ser enviada à presidente da República, manifestando reconhecimento à ministra Ideli Salvatti, por sua capacidade de articulação, empenho e capacidade de dedicação junto aos partidos políticos que compõem o Congresso Nacional e especialmente pelo reconhecimento de sua ação em defesa dos interesses de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0006/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada aos presidentes do Senado e da Câmara Federal, ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense e ao presidente da Aneel, apelando para que atuem no sentido de manter os subsídios da energia elétrica para os produtores de fumo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0007/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada aos presidentes do Senado e da Câmara Federal, ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense e ao presidente da Aneel, apelando para que revejam a Resolução n. 414, de 09 de setembro de 2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0017/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado aos secretários da Agricultura e da Defesa Civil, solicitando informações sobre o plano de trabalho apresentado pelo governo do estado para a liberação de recursos financeiros do governo federal, destinados a ações assistenciais e de emergência no combate aos efeitos da estiagem, e de prevenção contra a falta de chuva nos municípios do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0018/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública, solicitando informações sobre o número de infrações por consumo de bebidas alcoólicas lavradas pelo Detran em rodovias no estado, nos últimos cinco anos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Registramos também a presença do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, que deve estar trazendo os bons ares de Brasília.

Seja bem-vindo a esta Casa, deputado!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

Deputado, nós temos na mesa dois requerimentos. Imagino que v.exa. irá falar sobre isso. Há um requerimento de autoria do deputado José Nei Ascari, referente à Feagro Vale/2012, e outro de v.exa., referente à Festa Nacional da Maça, no município de São Joaquim.

Nós vamos suspender a sessão por até 20 minutos, mas vamos primeiro ouvir a prefeita...

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Vamos ouvir a prefeita, em homenagem às mulheres, pois ainda estamos no mês das mulheres. A prefeita, a rainha e as duas princesas estarão fazendo o convite para a 19ª Festa Nacional da Maça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Vamos, então, ouvir a prefeita e depois o requerimento do deputado José Nei Ascari. Está suspensa a sessão por até 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, gostaria rapidamente de cumprimentar o Adir, secretário municipal de Braço do Norte, e o Marcos, presidente da Feagro Vale/2012.

Registro também, com muita alegria, a presença do secretário Gelson Padilha, da Regional de Braço do Norte, do empresário Charles Bianchini, do vereador Toninho e do Luiz Antônio Bressanini, que integram esta comitiva.

A região de Braço do Norte, como já foi dito aqui, tem a sua economia alicerçada basicamente na agricultura e na pecuária. E a Feagro, sr. presidente, é uma grande vitrine, pois proporciona a realização de muitos negócios, fomentando o agronegócio daquela região.

É um evento - os deputados Joares Ponticelli, Valmir Comin e José Milton Scheffer conhecem - que cresce a cada ano, e não tenho dúvidas de que, em 2012, teremos novamente uma grande feira, proporcionando mais uma vez o fomento do agronegócio naquela região.

Queremos aproveitar este momento, inclusive, para anunciar que, no dia de ontem, protocolamos, nesta Casa, o Projeto de Lei n. 0106/2012 que denomina Vale Catarinense da Produção do Gado Jersey o conjunto dos municípios daquela região, composto por Braço do Norte, Grão-Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, Gravatá, São Martinho e Armazém, justamente para destacar, com muita propriedade, a importância dessa produção para a economia regional.

Um abraço, parabéns a todos!

Muito obrigado sr. presidente.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, quero saudar o Adir e o Marcos, o secretário de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte, Gelson Padilha, e parabenizá-los pela 9ª edição do evento. Estava perguntando a respeito do número dessa edição e responderam que bastava lembrar a nona. E, realmente, lembrei-me da minha saudosa nona. Trata-se de um evento importante, que se tem destacado.

Lembro-me da primeira Feagro, muito simples, humilde, que hoje tem um potencial sem precedentes.

Deputado Joares Ponticelli, v.exa. tem participado com este deputado da apresentação do projeto do biogás, que transforma o gás do dejetos suíno em GNV, com a parceria, inclusive, da SCGÁS, na comunidade de São Maurício, que vai ainda mais potencializar todo o desencadeamento da economia dessa região.

A Feagro, com certeza, demonstra a pujança, a determinação do empreendedorismo daquele povo que se vem destacando no agronegócio. Por isso, mais uma vez, quero parabenizar por esse grandioso evento. Esperamos contar, realmente, com a participação de todos os parlamentares e dos catarinenses nessa 9ª Feagro, no município de Braço do Norte.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, ao tempo em que o cumprimento, quero aproveitar a presença dos organizadores da Feagro, especialmente do deputado José Nei Ascari e do Luiz Antônio Bressianini, porque ele é que vai tornar isso público para justificar, com antecedência, a minha primeira ausência em todas as edições da Feagro. De todas as edições da feira, essa será a primeira vez que não poderei participar. Por uma infeliz coincidência, estaremos nesse período na 16ª Conferência Nacional das Assembleias do Brasil, em Natal, no Rio Grande do Norte.

Sou secretário-geral da entidade e estou sempre, como v.exas. sabem, buscando uma posição de representação maior para Santa Catarina naquele evento. Por esta razão não poderei participar desse evento. Mas quero desde já, secretário Gelson Padilha, cumprimentar todos pelo envolvimento e por esse grande exemplo que Braço Norte e a região do vale nos dão na concepção, na realização e no sucesso desse evento.

Lamento, desde já, por não poder estar presente fisicamente, mas tenho certeza de que teremos mais uma edição de muito

sucesso. Faremos o que for possível. Dei a minha contribuição convencendo Urussanga para mudar a data da Festa do Vinho, porque senão teríamos a Festa do Vinho no mesmo final de semana.

Assim sendo, espero que com esse gesto vocês possam me perdoar pela ausência, que é por outra causa importante também.

Parabéns a todos pela organização.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Presidente Nilson Gonçalves, quero cumprimentar o Aldir Moraes, o Marcos Della Giustina e em nome deles cumprimentar toda a comissão organizadora da Feagro.

Quero destacar essa feira pela importância que tem para a agricultura de Santa Catarina. Começou pequena, cresceu e hoje Braço do Norte é referência do agronegócio, é referência em qualidade genética do gado Jersey e tem um papel muito grande de todas as lideranças positivas da comunidade. Enfim, a Feagro é o grande respaldo de tudo isso.

Por isso queremos nos immanar com a comissão organizadora, desejar um grande evento e falar da importância que tem a agricultura, o agronegócio e a suinocultura na região de Braço do Norte e em todo o sul de Santa Catarina.

Assim sendo, nossos votos de sucesso a todos vocês nesse grande evento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Finda a pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark.

(Pausa)

Na ausência do deputado Maurício Eskudlark e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, antes de encerrar a presente sessão queremos fazer uma homenagem toda especial ao Dia Estadual da Síndrome de Down, registrar o nosso carinho, o nosso respeito e a admiração por todas essas pessoas que possuem essa síndrome e também os seus familiares.

Queremos agradecer às funcionárias que trabalharam no plenário, às taquígrafas, aos operadores de câmera, ao pessoal do som, aos policiais militares que também deram segurança a este plenário, ao pessoal da TVAL, à assessoria da Mesa Diretora, que tão bem soube conduzir os trabalhos para os deputados, aos fotógrafos e aos telespectadores.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem ao Partido Comunista do Brasil, na passagem dos seus 90 anos.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATOS DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 127, de 28 de março de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0314/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 2º, § 5º, da Emenda Constitucional nº 41/2003,

**CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA** equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **MARIA DE LOURDES NASARIO**, matrícula nº 2123, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-65, a contar de 23 de dezembro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** -Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 128, de 28 de março de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art.85, inciso VII, da Lei nº 6.745, de 1985, c/c a Resolução nº 012, de 22 de dezembro de 2009 c/c o Ato da Mesa nº 315, de 19 e maio de 2010, deste Poder,

**CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** pela prestação de serviços em locais insalubres, de grau médio - 30% (trinta por cento) do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a servidora abaixo relacionada, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência:

Matr	Nome do Servidor	Setor	a partir	Proc. nº
0461	Zelia Terezinha de Souza	Laboratório	01/04/12	2360/2011

Deputado GELSON MERISIO - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 129, de 28 de março de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1808/2011,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

**CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO** à servidora **SILVIA RIBAS DE MIRANDA RAMOS**, matrícula nº 2213, ocupante do cargo de Consultor Legislativo I, código PL/ASI-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 40% (quarenta por cento) da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança - Assessoria técnica-administrativa - Análise e Supervisão de Contratos, código PL/FC-2, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 130, de 28 de março de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1468/2011,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004.

**CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO** ao servidor **EDER DE QUADRA SALGADO**, matrícula nº 1265, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 30% (trinta por cento), da função de confiança, código PL/FC-6, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, com eficácia financeira a contar de 01 de abril de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança - Assistência técnica-patrimônio, código PL/FC-3, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 131, de 28 de março de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** conforme disposto no § 2º, do Art. 2º, do Decreto Legislativo nº 18.298/2011.

**Art. 1º** Constituir Comissão Especial para decidir sobre a alteração ou manutenção do Hino de Santa Catarina.

**Art. 2º** A Comissão será constituída pelos cidadãos abaixo relacionados:

Nome	Instituição
Edna De Marco	Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte
Ivan Schmidt Filho	Fundação Catarinense de Cultura
Jairo Barbosa	Conselho Estadual de Cultura
Luiz Meira	Assembleia Legislativa de Santa Catarina
Jeferson Della Rocca	Assembleia Legislativa de Santa Catarina
Alberto Andrés Heller	Assembleia Legislativa de Santa Catarina
Artemio Zanon	Academia Catarinense de Letras
Valberto Dirksen	Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

**Art. 3º** Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 27 DE MARÇO DE 2012.**

Às nove horas do dia vinte e sete de março do ano de dois mil e doze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: José Nei Alberton Ascari, Sargento Amauri Soares, Silvio Dreveck, Volnei Morastoni, Gilmar Knaesel substituindo Dóia Guglielmi. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em votação a ata da 4ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. O Deputado José Nei Ascari relatou os Projetos de Lei nº 0013.6/2012 e 0081.7/2012, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0061.2/2012 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Silvio Dreveck relatou o Projeto de Lei de nº 0223.3/2011, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei

de nº 0078.1/2012, exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Romildo Titon relatou os Projetos de Lei nº 0094.1/2012 e 0095.2/2012, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar de nº 0006.2/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Silvio Dreveck e o Projeto de Lei Complementar de nº 0005.1/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Silvio Dreveck e Volnei Morastoni. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a reunião às 17h30min, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 27 de março de 2012.

Deputado Romildo Titon

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**AVISO DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO**

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2012

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE 250 (DUZENTAS E CINQUENTA) POLTRONAS GIRATÓRIAS DE ESPALDAR MÉDIO.**

**DATA:** 11/04/2012 - **HORA:** 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 11 de abril de 2012. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)).

Florianópolis, 28 de março de 2012.

Lonarte Sperling Veloso

Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

**AVISOS DE RESULTADO****AVISO DE RESULTADO**

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 500/2012, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 012/2012, obteve o seguinte resultado:

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE BANNERS, FAIXAS, ADESIVOS.**

Vencedora: Seriprint Comunicação Visual Ltda ME

Valor do Último Lance: R\$ 35.950,00

Florianópolis, 26 de março de 2012

ANTONIO HENRIQUE C. BULÇÃO VIANNA

PREGOEIRO

\*\*\* X X X \*\*\*

**AVISO DE RESULTADO**

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 533/2012, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 007/2012, (Republicação) obteve o seguinte resultado:

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE 1100 LICENÇAS DE SOLUÇÃO PARA PROTEÇÃO CORPORATIVA CONTRA VÍRUS E OUTROS (INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO COM ATENDIMENTO "ON LINE" E "ON SITE") E 600 LICENÇAS DE USO PARA SOLUÇÃO DE SEGURANÇA DE E-MAILS**

**Lote Único**

Restou deserto.

Florianópolis, 27 de março de 2012

JUÇARA HELENA REBELATTO

PREGOEIRA

\*\*\* X X X \*\*\*

**AVISO DE RESULTADO**

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n. 501/2012, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 013/2012, obteve o seguinte resultado:

**Lote Único - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE JARDINAGEM, ESPÉCIES VEGETAIS, INSUMOS, ARRANJOS DE FLORES (BUQUÊS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ALESC.**

**LOTE ÚNICO**

Vencedora: ALPINIA PLANEJAMENTO EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DE JARDINS LTDA

Valor do Último Lance: R\$ 131.600,00

Florianópolis, 28 de março de 2012

BERNADETE ALBANI LEIRIA

PREGOEIRA

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATOS****EXTRATO Nº 024/2012**

REFERENTE: Contrato CL nº 006/2012, celebrado em 02/03/2012.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
CONTRATADA: Trueit Comércio de Produtos e Suprimentos de Informática Ltda.

OBJETO: Aquisição de 1100 Licenças de Uso da solução para proteção corporativa contra vírus, trojans, worms, spywares, adwares, rootkits e outros - marca: Karperky Enterprise Space Security, incluindo a abordagem em todo ciclo de vida do vírus com serviços de instalação, configuração, treinamento básico e suporte técnico durante 12 meses de atendimento junto à CONTRATANTE, "on line" e "on site".

VALOR GLOBAL: R\$ 42.240,00

VALOR MENSAL: R\$ 3.520,00

PRAZO: 02/03/2012 até 02/03/2013

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e Lei 10.520/02 e Lei Complementar 123/2006; Pregão Presencial nº 007/2012; Autorização para Processo Licitatório nº 120/2012 parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.

Florianópolis, 12 de março de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Ewerton Luis Alves- Sócio

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO Nº 031/2012**

REFERENTE: 01º Termo Aditivo de 07/12/2011, referente ao Contrato CL nº 054/2010, celebrado em 17/11/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Intersystems do Brasil Ltda.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do Contrato 054/2010-00 pelo período compreendido entre 18/11/2011 e 31/12/2012.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; Cláusula Sexta do Contrato original; Autorização administrativa.

Florianópolis, 22 de março de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Carlos Eduardo Kuhl Nogueira- Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO Nº 032/2012**

REFERENTE: 03º Termo Aditivo de 12/02/2012, referente ao Contrato CL nº 039/2010, celebrado em 13/07/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Mege Serviços de Limpeza Ltda.

OBJETO: Com base na reivindicação da Contratada, reajustar o contrato original em 8,35% (oito vírgula trinta e cinco por cento) correspondente à variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGPM/FGV, apurado no período de agosto/2010 a julho/2011, com eficácia a partir da competência agosto/2011, passando o valor mensal do contrato de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) para R\$ 3.575,58 (três mil quinhentos e setenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), representando um acréscimo mensal de R\$ 275,58 (duzentos e setenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93; Cláusula Quarta, item 3.4 do Contrato original e item 15.3 do Edital de Pregão nº 026/2010 e; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 22 de março de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Zulmar João Elias- Sócio

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO Nº 033/2012**

REFERENTE: 03º Termo Aditivo de 29/02/2012, referente ao Contrato CL nº 043/2010, celebrado em 04/08/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Teltec Networks

OBJETO: Com base na reivindicação da Contratada, reajustar o contrato original em 8,35% (oito vírgula trinta e cinco por cento) correspondente à variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGPM/FGV, apurado no período de agosto/2010 a julho/2011, com eficácia a partir da competência agosto/2011, passando o valor mensal do contrato de R\$ 1.758,00 (hum mil setecentos e cinquenta e oito reais) para R\$ 1.904,81 (hum mil novecentos e quatro reais e oitenta e um centavos), representando um acréscimo mensal de R\$ 146,81 (cento e quarenta e seis reais e oitenta e um centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93; Cláusula Terceira, item 3.4.1 do Contrato original; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 27 de março de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Glauco Brites Ramos- Sócio Administrador

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>OFÍCIOS</b>
----------------

**OFÍCIO Nº 022/12**

Of. 14/12 Joiville, 26 de março de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação dos Aposentados e Pensionistas de Joiville**, de Joiville referente ao exercício de 2011.

**Gisela Bruns**  
**Presidente**

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 27/03/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 023/12**

Of. 06/12 Timbé do Sul, 15 de março de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**, de Timbé do Sul referente ao exercício de 2011.

**Joselita Scot Pezente**  
**Presidente da APAE**

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 27/03/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 024/12**

Of. 03/12 Florianópolis, 8 de março de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Ação Social Nossa Senhora da Glória**, Florianópolis referente ao exercício de 2011.

**Tarcísio Pedro Vieira**  
**Presidente da ASCUNSEG**

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 27/03/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 025/12**

Rodeio, 16 de março de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Círculo Trentino**, Rodeio referente ao exercício de 2011.

**Mirtes Teresinha da Cruz**  
**Presidente**

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 27/03/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 026/12**

Cta - 22/2012 Joinville, SC, 17 de março de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação Corville de Atletismo**, de Joinville referente ao exercício de 2011.

Cristiano Berezoski Schattschneider  
**Presidente**

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 28/03/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 027/12**

Ofício nº 031/2012 Ireneópolis, 13 de março de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Escola Especial Amor Perfeito**, de Ireneópolis referente ao exercício de 2011.

Presidente/APAE

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 28/03/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

Ofício nº. 098/12 Florianópolis, 19 de março de 2012.

Exmo Senhor  
GELSON MERISIO  
Presidente da ALESC  
Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho para conhecimento de Vossa Excelência o relatório de viagem da Reunião da UPM que ocorreu em Montevideu/Uruguai.

Certo da atenção de Vossa Excelência, antecipo agradecimentos.

Atenciosamente,  
**GILMAR KNAESEL**  
Deputado Estadual

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 27/03/12*

**UNIÃO DE PARLAMENTARES DO MERCOSUL**  
**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA UNIÃO DE PARLAMENTARES SUL**  
**AMERICANOS E DO MERCOSUL EM MONTEVIDEOU**

Data: 14 a 16 de março de 2012.

Delegação: Deputado Gilmar Knaesel, Presidente da UPM e Flavio Monteiro, Coordenador do Bloco Brasileiro e Diretor de Articulação da UPM.

**Dia 14 de março de 2012:**

- Reunião com o Vice Presidente da UPM pelo Uruguai, Edil Departamental (Deputado Estadual) Juan Miguel di Ruocco. Na oportunidade tomamos conhecimento das ações do Bloco Uruguai e da intenção em realizar convenios com Assembleias Legislativas brasileiras, através da UPM, versando sobre turismo na terceira idade, projeto vitorioso no Uruguai e de grande alcance social.

- Reunião com o Presidente da Junta Departamental (Assembleia Legislativa) de Montevideu, Edil Departamental (Deputado Estadual) Oscar Curutchet e com a futura Presidente (assumirá em julho) Edil Departamental Gloria Brandelli para as quais foi entregue convite e programação da próxima reunião ordinária da UPM a realizar-se em Buenos Aires de 22 a 24 de março. Na oportunidade o Presidente Oscar solicitou que a UPM apoiasse firmemente os corredores de integração, principalmente o Corredor Bioceânico Central, de fundamental importância para o Porto de Montevideu. O Presidente Gilmar Knaesel afirmou que a UPM continuará apoiando os corredores de integração e que participou, no ano de 2000, da reunião da fundação do Corredor Bioceânico Central, em Valparaiso, no Chile.

**Dia 15 de março de 2012:**

- Reunião na sede da Representação Brasileira junto a ALADI e ao MERCOSUL. Na oportunidade fomos recebidos pelos Diplomatas Henrique Choer Moraes, Primeiro Secretário da Representação e Embaixador Regis Arslanian, Chefe da Representação, a quem foi entregue documento contendo os objetivos e ações da UPM desde sua fundação e solicitando a sua interveniência junto as autoridades do MERCOSUL apoiando o pleito da UPM por um espaço físico para instalar a sede da UPM junto a sede administrativa do MERCOSUL, na chamada CASA DO MERCOSUL, localizada em Montevideu.

Recebemos na oportunidade a promessa do Embaixador Regis em apoiar a reivindicação da UPM pois pelos serviços prestados e por ser reconhecida como representante dos Legisladores e Legislativos regionais junto ao Parlamento do Mercosul, ele acredita que não haverá nenhum impedimento e deu como certa a instalação da sede da UPM junto ao Parlamento do Mercosul.

- Reunião com o Diretor Geral de Secretaria do MERCOSUL, Jeferson Miola que foi agendada pelo Embaixador Regis, já que este Diretor é quem administra, em nome do Conselho, a Sede do MERCOSUL, onde pretendemos instalar a sede da UPM. Na oportunidade Jeferson, que é brasileiro (gaúcho) disse ser justa a reivindicação da UPM, tendo inclusive sugerido que a UPM deveria instalar-se junto ao Parlamento do MERCOSUL.

- Reunião na sede do Congresso Nacional do Uruguai, quando foi confirmada a presença de quatro parlamentares uruguaios na próxima reunião da UPM a realizar-se de 22 a 24 em Buenos Aires, oficializando o retorno do Parlamento de Montevideu a UPM pois haviam se retirados por problemas com a presidência anterior.

**Dia 16 de março de 2012:**

- Reunião com legisladores representantes do Partido Nacional (Blancos) liderados por Fernando Hernández, quando foi explicado aos mesmos a programação da reunião de Buenos Aires e os cargos que o Uruguai tem direito dentro da Diretoria da UPM.

Atenciosamente  
Flavio Alves Monteiro  
Coordenador do Bloco Brasileiro e  
Diretor de Articulação Política da UPM

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PORTARIAS</b>
------------------

**PORTARIA Nº 558, de 26 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 15 de março de 2012.

**Gab Dep Marcos Vieira**

Matricula	Nome do Servidor	Cidade
2905	ORIVAL PRAZERES	BIGUAÇU

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 559, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR WALTER PAULO PEGORARO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Reno Caramori - Caçador).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 560, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR AMÉLIA TOCIE ODA KAGOHARA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, Atividade Parlamentar Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 561, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR SABRINA PRUNER CRESPI BORJA**, matrícula nº 6884, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Edison Andrino - Brusque).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 562, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **GENES DA FONSECA ROSA**, matrícula nº 6971, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 563, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR GENES DA FONSECA ROSA**, matrícula nº 6971, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Dirceu Dresch - Chapecó).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 564, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **ISABEL BAMPI DE SOUZA**, matrícula nº 3142, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-71, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 565, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR ISABEL BAMPI DE SOUZA**, matrícula nº 3142, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 566, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **MARCEL FABRIZIO SALOMON**, matrícula nº 4408, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-71, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 567, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MARCEL FABRIZIO SALOMON**, matrícula nº 4408, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 568, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ODAIR JOSE DEMARCO**, matrícula nº 5807, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 569, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ODAIR JOSE DEMARCO**, matrícula nº 5807, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Dirceu Dresch - Campo Erê).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 570, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **OTANIR MATTIOLA**, matrícula nº 5704, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 571, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR OTANIR MATTIOLA**, matrícula nº 5704, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Dirceu Dresch - Joinville).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 572, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **VERINÊS ZUCHI BAMPI**, matrícula nº 6178, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 573, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR VERINÊS ZUCHI BAMPI**, matrícula nº 6178, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Dirceu Dresch - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 574, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **WILLIAM WOLLINGER BRENUVIDA**, matrícula nº 6946, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 575, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR WILLIAM WOLLINGER BRENUVIDA**, matrícula nº 6946, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 576, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR CRISTIANO ANTONIO DE CAMPOS**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Neodi Saretta - Maravilha).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 577, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **LUCIMAR EGINIO MARTINS**, matrícula nº 1096, no Gabinete do Deputado Ciro Marcial Roza, a contar de 27 de março de 2012.  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 578, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **FERNANDO SOUZA**, matrícula nº 1236, no Gabinete do Deputado Edison Andrino, a partir de 01 de abril de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 579, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **JOSE PAULO PEREIRA DA SILVA**, matrícula nº 1524, no Gabinete do Deputado Edison Andrino, a partir de 01 de abril de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 580, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**CONCEDER LICENÇA** para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
611	Roselei Maria Rachadel Sartori	90	29/02/12	0657/12
6821	Valdelice da Silva Siqueira	08	02/03/12	0661/12
1437	Iwana Lucia Lentz	10	09/03/12	0659/12
1924	Sonia Regina da Silva Salum	30	14/02/12	0676/12
2132	João Batista Pereira	60	22/02/12	0674/12
1477	Magda Bianchini Mattos	30	13/02/12	0675/12
1556	Antonio Carlos Vieira Junior	15	05/03/12	0673/12

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 581, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0524/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento do servidor **JANDYR CORTE REAL**, matrícula nº 3121, quota de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3%, totalizando 15% (quinze por cento), a contar de 03 de março de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 582, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **JESUALDO CORREA TEIXEIRA**, matrícula nº 6134, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-17, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Carlos Chiodini).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 583, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **WAGNER FREGULHA**, matrícula nº 5353, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Liderança do PMDB).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 584, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DESIGNAR** a servidora **CARLA GRECO GRANATO**, matrícula nº 4349, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia de Seção - Redação Final, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **DULCINEIA MARIA GOULART**, que se encontra em fruição de licença-prêmio por mais 30 dias, a contar de 01 de abril de 2012 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 585, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **NILVO DORINI**, matrícula nº 6024, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Romildo Titon).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 586, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ROBERTO STANGUERLIN**, matrícula nº 6439, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Romildo Titon).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 587, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 015/2012.

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Viana	Pregoeiro substituto
1998	Bernadete Albani Leiria	Equipe de apoio
1039	Victor Inácio Kist	
2016	Carlos Henrique Monguilhott	
0947	Valter Euclides Damasco	

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 588, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0672/12,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**CONCEDER LICENÇA** por motivo de doença em pessoa da família à servidora **JANETE MARIA BARTHOLOMEU MONTEIRO**, matrícula nº 1964, por 10 (dez) dias, a contar de 05 de março de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 589, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**CONCEDER LICENÇA** para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
775	Adriana Lauth Gualberto	45	23/02/12	0658/12
1490	Alvaro Selva Gentil Filho	90	07/03/12	0662/12
517	Rosa Maria de Lacerda	45	02/03/12	0663/12
1581	Roberto Pereira Rodrigues	18	26/02/12	0665/12
1917	Liciamara Faria Laus Campos	05	27/02/12	0669/12
2700	João Machado Pacheco Neto	45	27/02/12	0671/12

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 590, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**PRORROGAR LICENÇA** para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2065	Terezinha Rodrigues Gonçalves	30	01/03/12	0660/12
1439	Margareth Balsini Genovez	60	02/03/12	0666/12
866	Marcio Antonio Chedid Rossi	30	29/02/12	0667/12
1900	Lourival Baptistoti	45	06/03/12	0668/12
1521	Jonas Lemos Campos	90	07/03/12	0670/12

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 591, de 28 de março de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** a servidora **PATRICIA KALABAIDE**, matrícula nº 9152, na Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul, a contar de 02 de abril de 2012.  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2012**

Approva nome para a composição da Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN.

Art. 1º Fica aprovado o nome do Senhor Marco Antônio Koerich de Azambuja para ocupar o cargo de Diretor Jurídico na Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em Florianópolis, 28 de março de 2012

Deputado Elizeu Mattos

Deputado Sargento Soares

Deputado Joares Ponticelli

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Pedro Baldissera

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI****PROJETO DE LEI Nº 113/2012**

Institui o Dia Estadual de Combate à Pirataria e à Biopirataria no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Combate à Pirataria e à Biopirataria no Estado de Santa Catarina, a ser comemorado anualmente no dia 3 do mês de dezembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merisio

Lido no Expediente

Sessão de 27/09/12

**JUSTIFICATIVA**

Em 2004, com a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pirataria - **CPI da Pirataria** constatou-se que por traz da prática da pirataria existiam diversas organizações criminosas formando uma imensa rede de ilegalidade em cada unidade da federação.

A CPI da Pirataria, em seu relatório final, sugeriu a criação de um órgão público de inteligência para articulação e implantação de políticas públicas de combate à pirataria e que fosse responsável pela formulação do Plano Nacional de Combate à Pirataria, em parceria com representantes da sociedade civil organizada.

No dia 14 de outubro de 2004 foi criado o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual - CNCP, tendo em sua composição órgãos do poder público e entidades da sociedade civil, representada principalmente por setores prejudicados com a pirataria.

O CNCP é uma entidade governamental composta por representantes do poder público e privado, caracterizado especialmente por dedicar integral atenção e esforço à proteção da propriedade intelectual, iniciativa esta pioneira no mundo.

O CNCP tem como diretriz principal a elaboração e manutenção do Plano Nacional de Combate à Pirataria, visando à contenção da oferta, por meio de medidas repressivas, e a contenção da demanda, por meio de medidas educativas e econômicas.

É certo que a pirataria tem conexão com outras práticas delituosas como o crime organizado, a sonegação fiscal, a lavagem de dinheiro e a evasão de divisas, tanto que é denominado pela Interpol como "**o delito do século**".

O Estado de Santa Catarina é conhecido nacionalmente pela sua capacidade produtiva, não somente pelos recursos naturais e diversificação étnica, mas, principalmente, pela criatividade e vocação empresarial. Este fato contribui para a criação de inúmeros produtos e marcas, os quais são comercializados para outros estados e até

mesmo para outros países. Além dos produtos do setor de vestuário, alimentos e outros, destacam-se produtos de *hardware* e *software*, que sofrem com a falsificação, imitação e contrafação, o que denominamos **pirataria**, causando enormes prejuízos aos cofres públicos e à sociedade catarinense.

Sobretudo é de suma importância considerar que:

- a pirataria de produtos advém de ilícitos como descaminho, contrabando, recepção ou produção falsificada de marcas e patentes;
- a pirataria e a comercialização de produtos ilegais levam ao desemprego formal, à concorrência desleal e à sonegação de tributos em todas as esferas de arrecadação;
- o comércio da pirataria implica no desestímulo direto ao comércio formal, aos criadores originais de marcas e aos fabricantes legalizados;
- os prejuízos anuais crescentes da prática do comércio e da produção da pirataria chegaram a índices alarmantes;
- a prática da pirataria é um fator de grave descrédito frente ao mercado econômico internacional, obstaculizando a abertura de fronteiras de comércio para a exportação de nossos produtos catarinenses aos mercados estrangeiros;
- a fabricação e a distribuição ilegal de produtos, tais como bebidas, óculos, perfumes, brinquedos, remédios, vestuários, calçados e produtos estéticos piratas, representam graves riscos à saúde da população;
- o prejuízo estético e a poluição visual causado pela prática ilegal de comércio em municípios de nosso Estado estão diretamente ligados à perda de qualidade de vida do cidadão catarinense; e
- há necessidade de ações urgentes de medidas educativas, culturais e de combate ostensivo e repressivo às práticas de pirataria no âmbito estadual.

Quanto ao mercado ilegal da Biopirataria os dados são tão alarmantes quanto os de produtos industrializados. O tráfico de animais silvestres é o terceiro maior comércio ilegal do mundo, perdendo apenas para o tráfico de armas e de drogas, estes dois últimos, segundo especialistas, se misturam tanto que são encarados como um só. Movimenta cerca de US\$ 10 bilhões ao ano, sendo o Brasil responsável por aproximadamente 10% desse mercado. Por se tratar de uma atividade ilegal e por não existir uma agência centralizadora das ações contra o tráfico no país, os dados reais sobre esse comércio ilegal são difíceis de serem calculados.

Além de ter a sua biodiversidade ameaçada, o Brasil perde, anualmente, com o tráfico, uma quantia financeira incalculável e perde ainda uma gama irrecuperável de seus recursos genéticos.

A pirataria de produtos industrializados e da biodiversidade não prejudica somente as indústrias, prejudica os governos, pois tributos não são pagos; prejudica a sociedade, pois empregos não são gerados; e prejudica também o desenvolvimento educacional, pois investimentos em pesquisa de novos produtos e fomento cultural não são disponibilizados.

A instituição do dia estadual de combate à pirataria é forma de contraponto e harmonização com as políticas públicas adotadas em âmbito nacional no que diz respeito ao enfrentamento à *pirataria*, bem como representa para o Estado de Santa Catarina uma iniciativa de vanguarda que implicará em uma série de benefícios para o Estado e para toda a sociedade catarinense.

Com o objetivo de alertar e mobilizar a sociedade contra os males causados pela pirataria de produtos industrializados, e para contribuir com formas educacionais e preventivas, é que se faz necessária a criação de uma data específica e comemorativa, em âmbito estadual, para alertar, lembrar e conscientizar a todo cidadão que o comércio realizado com produtos advindos da pirataria não lesa apenas o setor produtivo, o comercial e o Governo, mas principalmente a sociedade como um todo.

O projeto de lei apresentado, ora submetido à apreciação dessa colenda Casa Legislativa, que "Institui o Dia Estadual de Combate à Pirataria e à Biopirataria no Estado de Santa Catarina", e para o qual solicito a aprovação dos nobres pares, por apresentar conformidade com os ditames constitucionais e, de forma incontestável, as características de relevância e de utilidade pública.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 114/2012

Declara de utilidade pública a Associação Instituto Restaurando Vidas, no município de Águas de Chapecó.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação Instituto Restaurando Vidas, com sede no município de Águas de Chapecó.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente

Sessão de 27/03/12

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva declarar de utilidade pública estadual a Associação Instituto Restaurando Vidas, com sede no município de Águas de Chapecó.

Trata-se de entidade não governamental, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, tendo como finalidade o atendimento a todos que a ele se dirigirem. Desenvolver programas de auto ajuda, culturais, recreativos, desportivos visando o resgate da auto estima para proporção a inclusão ao meio social; prestar auxílio e ou manter serviços sociais, dentro de suas possibilidades, no sentido de melhorar as condições de vida da comunidade.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a referida entidade seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 115/2012

Institui medidas de segurança em casos de transfusão de sangue no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica os hospitais, casas de saúde e maternidades públicas ou privadas, no âmbito do Estado de Santa Catarina, obrigados a adotarem as seguintes medidas de segurança, além das já previstas na Resolução Federal RDS 153/2004, que evitem a troca do tipo sanguíneo em caso de transfusão.

Art. 2º Para consecução dos objetos do artigo anterior definem-se como medidas de segurança:

I - assinatura de um termo de concordância dos familiares de 1º grau assentindo com a tipagem sanguínea a ser utilizada para a transfusão, o que não exime o médico atendente da responsabilidade, obrigações e cominações previstas na Resolução-RDC nº 153/2004, bem como a clínica, o hospital, enfim qualquer órgão em que o receptor esteja baixado;

II - em caso de negativa dos familiares com relação ao tipo sanguíneo, torna-se obrigatório nova coleta para a realização da contra-prova;

III - em casos de extrema urgência e não se conseguindo a comunicação com um dos familiares, o procedimento far-se-á mediante compromisso assinado pelo médico atendente, do responsável pelo laboratório e do banco de sangue, afirmando que o sangue a ser utilizado é compatível com o do paciente nos termos da resolução citada no inciso I.

Art. 3º As instituições referidas no artigo 1º desta lei terão o prazo de 90 (noventa) dias para o cumprimento ao dispositivo na presente lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente

Sessão de 27/03/12

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que dispõe instituir medidas de segurança em caso de transfusão de sangue no Estado de Santa Catarina.

O presente projeto de lei tem por objetivo inovar e avançar, criando mais um fator de segurança no momento da transfusão que se configura em instante de altíssimo risco, posto que é exatamente neste ponto que todos os envolvidos na proteção da vida e segurança do paciente (parentes, médicos, equipe médica, órgãos afins), devem convergir.

Deste modo a aprovação deste projeto criará, por assim dizer, um fator maior de segurança e quando se trata da proteção do bem maior da sociedade - a vida.

Nesse sentido, toda a forma de assistência médica a esses estudantes é de suma importância e para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se mister o apoio dos nobres Pares para sua efetiva aprovação.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 116/12

Institui a política estadual de redução e compensação de emissões de dióxido de carbono CO<sub>2</sub>, incentiva a utilização de biocombustíveis que contribuam para a amenização do aquecimento global e melhoria da qualidade do ar, e dá outras providências.

Art. 1º Institui a política estadual de redução da emissão de dióxido de carbono CO<sub>2</sub>, com vistas a amenizar o aquecimento global, deve obedecer as seguintes medidas:

I - promover a eficiência ambiental do transporte público e particular incentivando transporte de massas com uso de energia alternativas e trens;

II - estimular o uso de biocombustíveis no transporte, indústrias e em todos os modos de utilização disponibilizando conhecimento e tecnologia;

III - promover campanhas de divulgação dos instrumentos disponíveis para amenizar e emissão de gases que poluem a atmosfera;

IV - estabelecer convênios e parcerias com o setor privado e, em especial com as universidades para o desenvolvimento de projetos, diagnósticos que auxiliem na tomada de decisões e entendimento dos efeitos do aquecimento local no Estado; e

V - coibir ações ao meio ambiente que contribuam para o aumento dos gases de efeito estufa.

Art. 2º A compensação de emissão de dióxido de carbono CO<sub>2</sub> feita através de projetos ambientais, preservando e recompondo as matas nativas será orientada e estimulada por agentes públicos, seguindo os critérios:

I - o Poder Executivo Estadual deverá manter agentes capacitados para desenvolver o trabalho de informação e detalhamento dos procedimentos necessários para que pessoas físicas e jurídicas tenham condições de participar dos mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL) com vistas a compensação de dióxido de carbono CO<sub>2</sub>; e

II - a venda dos créditos de carbono e redução de certificado de emissões (RCE) por pessoas físicas e jurídicas no Estado de Santa Catarina será incentivada pelo Poder Executivo Estadual que fará a aproximação dos compradores com as pessoas físicas e jurídicas que pretenderem vender os respectivos créditos.

Art. 3º As empresas de transporte coletivo e de cargas estão obrigadas a utilizarem óleo diesel ou qualquer outro combustível com teor máximo de enxofre de 0,2%.

§1º O descumprimento do disposto no *caput* deste artigo por parte de empresas distribuidoras ou qualquer outro agente constitui infração ambiental.

Art. 4º As empresas cadastradas no Estado de Santa Catarina para transporte de passageiros e carga deverão utilizar escapamento vertical.

Art. 5º O Poder Executivo Estadual regulamentará a presente Lei no prazo máximo de 90 (noventa dias), contados a partir de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de março de 2012.

Deputada Luciane Carminatti

*Lido no Expediente*

*Sessão de 27/03/12*

#### JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei visa política estadual de redução e compensação de emissões de dióxido de carbono CO<sub>2</sub>, e incentivar a utilização de biocombustível em Santa Catarina.

As discussões acerca das alterações do clima têm-se intensificado em todo o mundo nas últimas décadas. Países, instituições acadêmicas e entidades voltam suas atenções para os problemas causados pelo desequilíbrio ambiental. Tais problemas tem resultado em severos danos materiais e humanos, já sentidos em diversas regiões do planeta, devido à intensificação de fenômenos como furacões, tempestades tropicais, inundações e secas.

Este fenômeno ambiental é definido pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, aprovada em 1992, como: mudança que possa ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana, que altere a composição da atmosfera mundial e que se some aquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis. Atividades humanas como a queima de carvão, petróleo, destruição de florestas, o consumo desenfreado têm provocado, aceleradamente, a emissão de gases que provocam o efeito estufa na atmosfera. O principal desses gases é o CO<sub>2</sub>.

Nos últimos anos, diversos Municípios de Santa Catarina sofreram as consequências dessas mudanças climáticas. Se antes, parecia ser uma coisa distante, agora pode estar em nossa cidade, em nosso bairro, em nossa porta.

As concentrações de dióxido de carbono, metano e óxido nitroso na atmosfera aumentaram muito. A concentração de dióxido de carbono se deve principalmente ao uso de combustíveis fósseis e à mudança no uso da terra. Neste cenário o estímulo ao uso de biocombustíveis pode representar uma importante medida contra o aumento de emissão de gases de efeito estufa

A poluição causada pelo óleo diesel é um problema grave e a grande maioria dos pesquisadores apontam a necessidade de diminuir a quantidade de enxofre lançada na atmosfera. A redução da quantidade de enxofre no óleo diesel juntamente com um processo de substituição de combustíveis fósseis pode significar uma grande melhora na qualidade do ar dos grandes centros urbanos.

Estamos no ano da Conferência Rio+20, que será realizada na cidade do Rio de Janeiro. Depois da ECO 92, o Brasil será, novamente, o palco dos debates sobre a preservação ambiental e as

mudanças climáticas.

Santa Catarina pode e deve aproveitar essa oportunidade para fazer avançar a implantação de políticas públicas estaduais, respeitando os limites estabelecidos pela legislação federal, para que controlar a emissão de CO<sub>2</sub> e outros gases que provocam o efeito estufa, e incentivar o uso biocombustíveis uso de biocombustíveis.

Pelos motivos aqui expostos, solicitamos a aprovação deste Projeto de Lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 117/12

Acrescenta o parágrafo único ao art. 4º e altera a redação dos incisos I e III do art. 7º da Lei estadual nº 14.610, de 7 de janeiro de 2009, que dispõe sobre o Programa Catarinense de Inclusão Social Descentralizado e adota outras providências.

Art. 1º Fica acrescido o parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 14.610, de 7 de janeiro de 2009, com a seguinte redação:

“Art. 4º.....”

Parágrafo único. A eliminação da necessidade da contrapartida financeira de que trata o *caput* fica estendida aos municípios com população de até vinte mil habitantes, independente do seu Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.”(NR)

Art. 2º Os incisos I e III do art. 7º da Lei nº 14.610, de 7 de janeiro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º.....”

I - no Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias serão listados, separadamente, os municípios com Índice de Desenvolvimento Humano - IDH inferior a noventa por cento do IDH médio do Estado e os municípios com população de até vinte mil habitantes;

II - .....

III - as dotações orçamentárias dos programas prioritários serão apresentadas por Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, com destaque aos municípios com IDH inferior a noventa por cento do IDH médio do Estado ou com população de até vinte mil habitantes, quando o enquadramento se der por meio desta regra.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Dado Cheres

*Lido no Expediente*

*Sessão de 27/03/12*

#### JUSTIFICATIVA

O Programa Catarinense de Inclusão Social Descentralizado - Lei estadual nº 14.610, de 2009 -, que tem o objetivo de incentivar o desenvolvimento regional, social e econômico dos municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior a 90% (noventa por cento) do IDH médio do Estado, é sem dúvidas um programa que exerce um importante papel no desenvolvimento socioeconômico dos municípios catarinenses.

Todavia, no atual contexto, muitos municípios catarinenses, mesmo que apresentem um Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, superior a 90% (noventa por cento) do IDH médio do Estado, encontram grandes dificuldades para oferecer a contrapartida financeira prevista na lei.

Estender a eliminação da contrapartida financeira em todos os convênios a serem firmados pelo Estado com os municípios até 20.000 (vinte mil) habitantes é uma forma de ampliar ainda mais os objetivos visados pelo legislador original.

Nesse sentido, apresento a presente proposição que versa sobre a alteração da contrapartida a ser aportada pelo conveniente, pois o Programa Catarinense de Inclusão Social Descentralizado é efetuado por intermédio de políticas públicas compensatórias, cuja orientação prevê a redistribuição dos recursos públicos com índices diferenciados para os municípios com maior dificuldade para operar seu desenvolvimento social e econômico.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 118/12

##### ESTADO DE SANTA CATARINA

##### GABINETE DO GOVERNADOR

##### MENSAGEM Nº 541

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Altera o art. 2º da Lei nº 15.506, de 2011, que autoriza a doação de imóvel no Município de Biguaçu".

Florianópolis, 26 de março de 2012

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 28/03/12*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**

Em nº 24/2012 Florianópolis, 22 de fevereiro de 2012.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de lei que altera dispositivo da Lei nº 15.506, de 2011, que autoriza a adoção de imóvel para o Município de Biguaçu.

A presente alteração tem por finalidade permitir a construção e instalação de uma creche.

A alteração da finalidade vem atender aos anseios da comunidade, como também justificar os investimentos por parte do Município, o qual foi contemplado com duas creches pelo PAC II do Governo Federal.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.  
 Respeitosamente,

**Milton Martini**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 0118.3/2012**

Altera o art. 2º da Lei nº 15.506, de 2011, que autoriza a doação de imóvel no Município de Biguaçu.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 15.506, de 06 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por finalidade possibilitar a construção e instalação de uma creche.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 119/12**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**GABINETE DO GOVERNADOR**  
**MENSAGEM Nº 542**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, o projeto de lei que “Institui o Suplemento Cultural de Santa Catarina e estabelece outras providências”.

Florianópolis, 26 de março de 2012

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 28/03/12*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**

Florianópolis (SC), 02 de março de 2012

Exposição de Motivos nº 009/12

Do: Secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte

José Natal Pereira

Ao: Governador do Estado de Santa Catarina

João Raimundo Colombo

Senhor Governador,

Anexa minuta de projeto de lei que “Institui o Suplemento Cultural de Santa Catarina e estabelece outras providências”, objeto do anexo processo EFCC-1169114 (FCC-0002406/2011).

Tal documento adequa a vigente Lei nº 8.564, de 15 de abril de 1992, por não se ajustar à realidade, principalmente no que se refere ao número de edições, nunca cumprido ao longo dos quase vinte anos de existência.

Por estar de acordo com a proposta apresentada pela Fundação Catarinense de Cultura, entidade executora de tal política, submeto o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

José Natal Pereira

Secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte

**PROJETO DE LEI Nº 0119.4/2012**

Institui o Suplemento Cultural de Santa Catarina e estabelece outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Suplemento Cultural de Santa Catarina, a ser editado até 4 (quatro) vezes por ano pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC).

Parágrafo único. O Suplemento Cultural tem por finalidade divulgar, fomentar e estimular as artes catarinenses.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias do Fundo Estadual de Incentivo à Cultura (FUNCULTURAL).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Lei nº. 8.564, de 15 de abril de 1992.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**GABINETE DO GOVERNADOR**  
**MENSAGEM Nº 543**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o projeto de lei complementar que “Dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece outras providências”.

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei complementar nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 26 de março de 2012

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 28/03/12*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EM nº 21.8/GABS/SSP** Florianópolis, 8 de fevereiro de 2012

Excelentíssimo Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a minuta de Projeto de Lei versando sobre “**requisitos legais de investidura inicial em cargos públicos militares no Estado de Santa Catarina**”, capeada em processo SSP 108393/2011.

Referida proposta há muito vem sendo gestada no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, tornando-se pois imprescindível a administração pública, na medida em que muito contribuirá para a fixação de critérios seguros e transparentes aos processos seletivos de inclusão de pessoal militar nas organizações da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar.

Justifica-se tal intento, senhor Governador, por razões de eficiência, racionalidade e objetividade aos atos da administração pública. Temos que, todos os anos, praticamente em todos os concursos públicos destinados a prover cargos nas instituições militares, tem ocorrido centenas de demandas judiciais de caráter cautelar (medidas liminares em mandados de segurança) buscando atacar critérios de seleção especificados nos editais, notadamente em aspectos relacionados com idade máxima, altura e peso mínimos, existência de tatuagens corporais, processos de investigação social e entrega de documentação comprobatória de qualificação intelectual.

Em consequência, o intenso fluxo de petições ao judiciário e seus desdobramentos administrativos junto à Secretaria, as organizações militares e a própria Procuradoria Gera! do Estado vem gerando intenso dispêndio de pessoal, tempo e energia, congestionando sobremaneira processos administrativos internos, que, via de regra, poderiam ser evitados ante o estabelecimento de critérios objetivos lastreados em norma legal, evitando-se que sejam estes definidos unicamente com em norma editalícia.

Assim sendo, cabe ressaltar, atender-se-ia plenamente ao disposto na Constituição Federal, em consonância também com julgados proferidos pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, como o que decidiu recentemente pela exigência constitucional de lei para estabelecimento de limite de idade para ingresso nas Forças Armadas.

Por todo o exposto, temos que já é tempo e urgem providências no sentido de que se promovam os devidos atos legislativos a fim de regular o ingresso de efetivo nas corporações militares do Estado, sendo pois o que verdadeiramente se pretende com a apresentação da presente minuta de projeto de lei complementar.

Ratifico a Vossa Excelência, como elementos de convicção, o seguinte:

A presente proposta não implica em quaisquer ônus financeiros para o Estado

A proposta foi elaborada por comissão mista de policiais militares e bombeiros militares, tendo anuência e acolhimento total pelo comando das organizações;

Estes documentos seguem acompanhados de pareceres jurídicos formulados pela assessoria jurídica do Corpo de Bombeiros Militar, pela assessoria jurídica da Polícia Militar e pela Consultoria Jurídica desta Pasta;

Dada a complexidade da matéria, segue também Parecer formulado pela Procuradoria Geral do Estado, com apontamento de pequenas adequações, as quais já se encontram devidamente incluídas ao texto do anteprojeto que ora apresentamos.

Concluindo, Excelência, cumpre-me proceder o encaminhamento desta proposta à vossa apreciação, **com pedido especial para tramitação em regime de urgência junto à Assembleia Legislativa do Estado**, de modo que, aprovada a lei, possamos assegurar sua aplicação e efeitos aos vindouros processos de seleção de pessoal das Corporações, obtendo-se expressivos ganhos em redução de demandas judiciais junto à Procuradoria Geral do Estado.

Respeitosamente,

**César Augusto Grubba**

Secretário de Estado da Segurança Pública

#### **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 008.4/2012**

Dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece outras providências.

#### **O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O ingresso nas carreiras de praças e de oficiais das instituições militares estaduais dar-se-á mediante concurso público, atendidos os requisitos estabelecidos nesta Lei Complementar.

#### **CAPÍTULO I**

Dos Requisitos para o Ingresso nas Instituições Militares de Santa Catarina

Art. 2º São requisitos para o ingresso nas carreiras das instituições militares:

- I - ter nacionalidade brasileira;
- II - estar em dia com os deveres do serviço militar obrigatório, no caso de candidatos do sexo masculino;
- III - apresentar declaração em que conste se sofreu ou não, no exercício de função pública, penalidades administrativas, conforme legislação aplicável;
- IV - possuir altura não inferior a 1,65 m (um metro e sessenta e cinco centímetros) para ambos os sexos;
- V - possuir peso proporcional à altura, conforme preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) por meio do índice de massa corporal;
- VI - ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da inclusão;
- VII - não ter completado a idade máxima de 30 (trinta) anos até o último dia de inscrição no concurso público;
- VIII - não ter sido condenado por crime doloso, com sentença condenatória transitada em julgado;
- IX - não exercer ou não ter exercido atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional;
- X - ser aprovado e classificado no exame de avaliação de escolaridade, por meio de prova escrita;
- XI - ser classificado por títulos, quando exigido no edital de concurso público;
- XII - ser aprovado em exame de capacidade técnica, quando exigido no edital de concurso público;
- XIII - ser considerado apto no exame de saúde (médico e odontológico);
- XIV - ser considerado apto no Questionário de Investigação Social (QIS);
- XV - ser considerado apto no exame de avaliação física;
- XVI - ser considerado apto no exame de avaliação psicológica;
- XVII - possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- XVIII - comprovar, nos termos do edital, o nível de escolaridade exigido pelo Quadro em que pretende ingressar, mediante

apresentação de fotocópia autenticada de certidão de conclusão ou de diploma do curso superior correspondente, registrado no órgão competente;

XIX - comprovar, nos termos do edital, habilitação em especialidade médica ou odontológica, mediante apresentação de fotocópia autenticada de certidão de conclusão ou de diploma do curso correspondente, registrado no órgão competente, para ingresso nos Quadros de Oficiais de Saúde (QOS);

XX - ter boa conduta comprovada por certidões das Justiças Comum (estadual e federal), Militar (estadual e federal) e Eleitoral;

XXI - estar em dia com as obrigações eleitorais, mediante apresentação de certidão emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE);

XXII - apresentar conceito favorável de seu Comandante, Chefe ou Diretor, quando o candidato for militar estadual ou federal;

XXIII - comprovar inscrição no respectivo Conselho Regional, para ingresso nos Quadros de Oficiais de Saúde (QOS); e

XXIV - não possuir tatuagem ou pintura em extensas áreas do corpo ou em partes expostas ao público quando do uso de uniformes militares de qualquer modalidade.

§ 1º Para ingresso nos Quadros de Oficiais de Saúde (QOS) e de Oficiais Capelães, o candidato não poderá ter completado a idade máxima de 34 (trinta e quatro) anos até o último dia de inscrição no concurso público.

§ 2º São vedadas tatuagens, pinturas ou marcas que representem símbolos ou inscrições alusivas a ideologias contrárias às instituições democráticas ou que incitem à violência ou qualquer forma de preconceito ou discriminação.

Art. 3º Para a inclusão nos quadros de efetivo ativo das instituições militares estaduais e matrícula nos cursos de formação ou adaptação, além de outros requisitos estabelecidos nesta Lei Complementar, são exigidos os seguintes limites mínimos de escolaridade:

I - para o Curso de Formação de Oficiais do Quadro de Oficiais Policiais Militares: Bacharelado em Direito;

II - para o Curso de Formação de Oficiais do Quadro de Oficiais Bombeiros Militares: Bacharelado ou Licenciatura Plena em qualquer área de conhecimento;

III - para o Curso de Adaptação de Oficiais do Quadro de Oficiais de Saúde e de Oficiais Capelães: curso superior de graduação na área específica à habilitação funcional reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) ou por órgão oficial com competência delegada; e

IV - para o Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar: curso superior de graduação em qualquer área de conhecimento reconhecido pelo MEC ou por órgão oficial com competência delegada.

#### **CAPÍTULO II**

##### **Das Vagas**

Art. 4º A abertura de vagas para ingresso nas instituições militares do Estado de Santa Catarina dependerá de autorização prévia do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º A fim de regularizar os quadros de efetivos, o Chefe do Poder Executivo poderá aprovar e autorizar a abertura regular de vagas para ingresso de militares estaduais, mediante plano de inclusão continuada apresentado pelos Comandantes-Gerais das instituições militares ao Secretário de Estado da Segurança Pública.

§ 2º Independentemente do plano de inclusão, poderá ser autorizada, extraordinariamente, a inclusão suplementar de efetivos para suprir carências decorrentes da segurança pública.

Art. 5º O edital de concurso público elaborado pela respectiva instituição militar definirá, dentre as vagas autorizadas, a quantidade para ingresso por certame.

Art. 6º O ingresso no estado efetivo para o sexo feminino será, no máximo, de 6% (seis por cento) para os Quadros de Oficiais e de 6% (seis por cento) para os Quadros de Praças das respectivas instituições militares.

Art. 7º As vagas serão distribuídas nas instituições militares conforme o estabelecido no edital de concurso público.

#### **CAPÍTULO III**

##### **Da Seleção**

Art. 8º O candidato a ingresso nas instituições militares de Santa Catarina será submetido aos seguintes exames de seleção:

- I - para ingresso nos Quadros de Oficiais e de Praças:
  - a) de avaliação de escolaridade, por meio de prova escrita;
  - b) de saúde (médico e odontológico);
  - c) de avaliação física;
  - d) de avaliação psicológica; e
  - e) de investigação social; e
- II - para ingresso nos Quadros de Oficiais de Saúde e de Oficiais Capelães:

- a) de avaliação de escolaridade, por meio de prova escrita;
- b) de saúde (médico e odontológico);
- c) de avaliação física;
- d) de avaliação psicológica;
- e) de investigação social;
- f) de capacitação técnica; e
- g) de títulos.

§ 1º O exame de avaliação de escolaridade, por meio de prova escrita, terá caráter classificatório e eliminatório.

§ 2º Os exames de saúde (médico e odontológico), de avaliação física, de avaliação psicológica, de capacitação técnica e de investigação social, realizado por meio do QIS, serão eliminatórios.

§ 3º O exame de títulos será classificatório.

Art. 9º A constatação de que o candidato praticou fraude, falsidade, omissão, simulação ou utilizou qualquer artifício ilegal ou contrário ao edital, antes, durante ou após o processo seletivo, implicará na sua desclassificação ou anulação de inclusão, além de sujeitá-lo às demais sanções administrativas, penais e civis decorrentes.

#### CAPÍTULO IV

##### Dos Exames

Art. 10. Os órgãos de seleção das instituições militares são os responsáveis pela elaboração, aplicação e correção dos exames nos concursos de ingresso.

Parágrafo único. Os concursos de ingresso poderão também ser realizados por meio de instituições especializadas, sob a supervisão e homologação da autoridade competente da respectiva instituição militar.

Art. 11. A prova escrita será realizada na mesma data e hora para todos os candidatos inscritos no concurso.

Parágrafo único. Havendo candidatos ocupando idêntica classificação após a prova escrita, o desempate será feito em favor do candidato que possuir maior idade.

Art. 12. O candidato aprovado e classificado na prova escrita será submetido ao exame de saúde a fim de comprovar, por meio de inspeção médica e de exames complementares exigidos em edital, que usufrui de boa saúde para o exercício das atividades inerentes às instituições militares estaduais.

Art. 13. O candidato será submetido ao exame de avaliação física para comprovar se possui condicionamento físico mínimo para o serviço militar, conforme regulamentação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 14. O candidato será submetido ao exame de avaliação psicológica a fim de comprovar se possui perfil para o cargo e serviço militar, conforme regulamentação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 15. O candidato, ao final aprovado e classificado, deverá preencher o QIS, a fim de ser submetido à investigação social.

§ 1º O candidato que omitir informações no QIS ou prestá-las falsamente, após constatação por meio de investigação social, ficará sujeito a responsabilidade penal, bem como será desclassificado do concurso e, se já incluído no estado efetivo das instituições militares estaduais, será excluído a qualquer momento.

§ 2º A investigação social do candidato apto no exame de saúde será realizada pela respectiva instituição militar estadual.

Art. 16. Para os Quadros de Oficiais de Saúde (QOS) e de Oficiais Capelães, o candidato será submetido a exame de capacidade técnica, a fim de comprovar se possui as habilidades práticas inerentes à habilitação funcional pretendida para o cargo e serviço militar, conforme regulamentação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 17. No exame de títulos, quando previsto no edital de concurso público, serão considerados para pontuação os títulos obtidos até a data prevista no edital para sua apresentação e comprovação.

§ 1º Será ônus do candidato produzir prova documental idônea de cada título, não sendo admitida a concessão de dilação de prazo para esse fim.

§ 2º Somente serão apreciados os títulos dos candidatos que forem entregues no prazo e forma estabelecidos no edital.

§ 3º Os títulos e sua respectiva pontuação serão previstos em edital.

§ 4º Os títulos deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas em cartório ou por meio de certidões oficiais, originais e detalhadas, sendo que, uma vez entregues à comissão de concurso, integrarão o certame e não mais serão devolvidos ao candidato.

§ 5º O somatório dos pontos pertinentes aos títulos apresentados pelos candidatos será acrescido à pontuação obtida na prova escrita, redefinindo a classificação dos candidatos em ordem decrescente da pontuação final.

#### CAPÍTULO V

##### Da Homologação do Concurso

Art. 18. A instituição militar, por meio do seu órgão de seleção, providenciará a homologação dos inscritos, bem como a homologação final do concurso público.

#### CAPÍTULO VI

##### Do Ingresso no Estado Efetivo

Art. 19. Após ser aprovado e classificado em todos os exames e preencher todos os requisitos exigidos no concurso, o candidato deverá providenciar a documentação exigida para o ingresso no estado efetivo da instituição militar e entregá-la no órgão correspondente, nos termos previstos no edital do concurso público.

§ 1º Após a autoridade competente da respectiva instituição militar analisar e homologar a documentação exigida, o candidato deverá apresentar-se na data e local previstos no edital do concurso público para ingresso no estado efetivo e matrícula no curso de formação ou de adaptação.

§ 2º Será automaticamente desclassificado o candidato que deixar de entregar, dentro do prazo estabelecido no edital, qualquer documento exigido para ingresso no estado efetivo e matrícula no curso de formação.

§ 3º Os documentos deverão estar de acordo com as normas vigentes.

§ 4º O ingresso do candidato aprovado e classificado no concurso público dar-se-á por meio de portaria de inclusão no estado efetivo assinada pelo Comandante-Geral da instituição militar e publicada no Diário Oficial do Estado.

#### CAPÍTULO VII

##### Da Validade do Concurso Público

Art. 20. O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

Parágrafo único. O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital.

#### CAPÍTULO VIII

##### Das Disposições Finais

Art. 21. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Ficam revogados os arts. 10, 11, 12, 13, 135, 136, 137, 138, 139 e 160 da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, e o art. 1º da Lei Complementar nº 454, de 05 de agosto de 2009.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETO DE RESOLUÇÃO

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/12

Altera o artigo 266 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005/2008 (tramitação da Proposta de Emenda a Constituição).

Art. 1º O do artigo 266 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, aprovado pela Resolução nº 005/2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 266. Admitida a proposta será encaminhada à Comissão Permanente, de campo temático afim, para o exame do mérito da proposição, no prazo de quarenta dias, contados do recebimento pela Comissão.

.....  
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de março de 2012.

Deputada Luciane Carminatti

Lido no Expediente

Sessão de 27/03/12

#### JUSTIFICATIVA

Apresento este Projeto de Resolução visando alterar o artigo 266 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa (RIALESC), alterando assim o regime de tramitação da Proposta de Emenda a Constituição (PEC).

Fazendo um levantamento de como se dá a tramitação das Propostas de Emenda a Constituição em outras Assembleias Legislativas, pode-se constatar que muitas delas diferem do modelo adotado aqui na ALESC. Nesses casos, a CCJ faz a análise somente da admissibilidade.

Há casos, em que há formação de uma Comissão Especial, formada para debater o mérito de cada PEC. Essas Comissões são formadas garantindo a participação de representantes de todas as Comissões ligadas a temática da qual trata a PEC em análise.

Em outros tantos, a PEC tem seu mérito debatido na Comissão Permanente que possui a maior ligação temática a mesma.

Nossa intenção é fazer com que as Comissões Permanentes da ALESC possam cumprir seu papel e suas funções na plenitude, ou seja debater e deliberar sobre proposições com temas afins ao estabelecido, incluindo as PECs.

Pelos motivos aqui expostos, solicitamos a aprovação deste Projeto de Resolução.

\*\*\* X X X \*\*\*